



Diagnóstico e Avaliação de Impactos em Santa Cruz do Escalvado – Turismo, Cultura, Esporte e Lazer

Sumário

1	Introdução	11
2	Metodologia.....	16
2.1	Procedimentos Empregados no Diagnóstico.....	16
2.2	Procedimentos Empregados na Avaliação de Impacto	25
2.3	Procedimentos Empregados na Proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados	25
3	Diagnóstico de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer: Município de Santa Cruz do Escalvado	27
3.1	Dados Gerais.....	27
3.2	Análise Temática	37
3.3	Diagnóstico de Comunidades próximas ao Rio Doce.....	79
3.4	Clipping de Notícias.....	83
3.5	Textos Acadêmicos	86
4	Síntese - Potencialidades e Fragilidades Observadas	90
4.1	Turismo	90
4.2	Cultura.....	91
4.3	Esporte e Lazer	91
5	Avaliação de Impactos	94
5.1	Metodologia.....	94
5.2	Resultados	114
6	Créditos e Referências	142
	Entrevistados no município.....	142
	Equipe Técnica.....	142
	Referências	146

Índice de Figuras

Figura 1 Imagem aérea da Lagoa Dom Helvécio, no Parque Estadual do Rio Doce, realizada por meio de drone	22
Figura 2 Exemplo de entrevista realizada com gestores municipais	23
Figura 3 Preenchimento dos questionários junto a pescadores e moradores locais	23
Figura 4 Registro das atividades de pesca ao longo do rio Doce	24
Figura 5 Observação in loco dos possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora esportiva	24
Figura 6 Mapa de localização de Santa Cruz do Escalvado.....	32
Figura 7 Mapa dos Bens Identificados em Santa Cruz do Escalvado	40
Figura 8 Parque de exposição Arini Vieira Lima.....	50
Figura 9 Conjunto Paisagístico Pedra Santa Cruz do Escalvado.....	53
Figura 10 Cachoeira do Merengo	54
Figura 11 Cachoeira Alta ou do Soberbo.....	54
Figura 12 UHE Represa de Candonga	55
Figura 13 Chalana	55
Figura 14 Elementos constitutivos dos Sistemas de Cultura	57
Figura 15 Cruzeiro Santa Cruz do Escalvado.....	64
Figura 16 Sede da Fazenda do Charneirão.....	65
Figura 17 Sede da Fazenda Esperança.....	65
Figura 18 Associação Música e Arte	66
Figura 19 Filarmônica Santa Cruz do Escalvado, em Santo Antônio do Grama (2013)	67

Figura 20 Desfile no Encontro de Bandas em Santa Cruz do Escalvado	67
Figura 21 Carnaval 2011	69
Figura 22 Cavalgada 2012	70
Figura 23 Festa do Divino, em 1948.....	71
Figura 24 Educação patrimonial	73
Figura 25 Mapa de localização de comunidades próximas ao rio Doce em Santa Cruz do Escalvado.....	80
Figura 26 Cachoeira em Novo Soberbo	81
Figura 27 Nuvem de termos referente ao clipping de Santa Cruz do Escalvado.....	85
Figura 28 Modelo de Gráfico de Radar	99
Figura 29 Exemplos de gráficos de radar de impactos positivos e negativos.....	100
Figura 30 Classificação da Significância de Impactos.....	101
Figura 31 Lago da UHE Risoleta Neves antes do evento.....	119
Figura 32 Imagens do impacto ambiental no Lago da UHE Risoleta Neves (fotos aéreas datadas de 25/08/2014 e 04/07/2016).....	120
Figura 33 Impactos sobre a Chalana do reservatório da UHE Risoleta Neves.	121
Figura 34 Operação de retirada de rejeitos acumulados no reservatório de Candonga....	122
Figura 35 Embarcação Chalana, após o Evento	127
Figura 36 Rio Doce em Santa Cruz do Escalvado	130
Figura 37 Espécime de dourado capturado por pescador amador em 15/11/2016 no rio Doce próximo à confluência com o rio de Peixe	132
Figura 38 Acampamento de pescadores amadores às margens do rio Doce, no município de Rio Doce/MG em 15/11/2016	132

Índice de Gráficos

Gráfico 1 Valor Adicionado Bruto de Santa Cruz do Escalvado	36
Gráfico 2 Impactos na imagem do município.....	115
Gráfico 3 Impactos econômicos sobre o setor de turismo	117
Gráfico 4 Avaliação do impacto sobre o reservatório da UHE Candonga/Chalana Olga ..	123
Gráfico 5 Impactos sobre o rio Doce	124
Gráfico 6 Impacto sobre a Pedra do Escalvado	125
Gráfico 7 Impactos sobre costumes, modos de vida e tradições locais	128
Gráfico 8 Impacto na paisagem.....	129
Gráfico 9 Alteração do cotidiano comunitário relativo ao lazer	133
Gráfico 10 Impacto sobre comunidade – Novo Soberbo	135
Gráfico 11 Impacto sobre comunidade – Novo Soberbo	137

Índice de Tabelas

Tabela 1 Listagem de formulários do INVTUR	19
Tabela 2 Taxa de urbanização - Santa Cruz do Escalvado e Minas Gerais (%)	28
Tabela 3 Razão de dependência e taxa de envelhecimento - Santa Cruz do Escalvado e Minas Gerais (1991, 2000 e 2010)	30
Tabela 4 IDHM e seus componentes - Santa Cruz do Escalvado e Minas Gerais em 1991, 2000 e 2010.....	33
Tabela 5 PIB (1.000,00 R\$) de Santa Cruz do Escalvado e de Minas Gerais (2010 – 2013)	35
Tabela 6 Número de pessoas ocupadas na semana de referência – Santa Cruz do Escalvado e Minas Gerais (2000 e 2010)	37

Tabela 7 Síntese do inventário de oferta turística – Santa Cruz do Escalvado	39
Tabela 8 Meios de Hospedagem	46
Tabela 9 Equipamentos de alimentos e bebidas em Santa Cruz do Escalvado.....	47
Tabela 10 Locais e templos de fé de Santa Cruz do Escalvado.....	51
Tabela 11 Orçamento municipal – despesas realizadas segundo a função Cultura – Santa Cruz do Escalvado (2014-2015)	60
Tabela 12 Pontuação no ICMS Patrimônio Cultural – Santa Cruz do Escalvado (2013-2017)	62
Tabela 13 Valores repassados para o município segundo o critério Patrimônio Cultural – Santa Cruz do Escalvado (2014-2016).....	62
Tabela 14 Clipping de notícias - Santa Cruz do Escalvado	83
Tabela 15 Textos Acadêmicos - Santa Cruz do Escalvado	86
Tabela 16 Lista inicial de impactos advindos do rompimento da barragem de Fundão	95
Tabela 17 Modelo planilha de Identificação dos impactos ambientais	97
Tabela 18 Planilha de Identificação dos Impactos Ambientais	138
Tabela 19 Listagem de participantes de reunião institucional em Santa Cruz do Escalvado	142
Tabela 20 Equipe Técnica	142

LISTA DE SIGLAS

CEFART: Centro de Formação Artística da Fundação Clóvis Salgado

CEI: Centro de Estatística e Informações

CODEMA: Conselho de Defesa do Meio Ambiente

CONAC: Coordenação de Contas Nacionais

COMTUR: Conselho Municipal de Turismo

CME: Conselho Municipal de Esportes

CNTUR: Conselho Nacional de Turismo

CND: Conselho Nacional do Desporto

CNPC: Conselho Nacional de Política Cultural

CT: Circuitos Turísticos

EMATER: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRATUR: Empresa Brasileira de Turismo

FAOP: Fundação de Arte de Ouro Preto

FEC: Fundo Estadual de Cultura

FJP: Fundação João Pinheiro

FIEMG: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

FNC: Fundo Nacional da Cultura

FORNATUR: Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo

FUMTUR: Fundo Municipal de Turismo

FUNGETUR: Fundo Geral do Turismo

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDHM: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IEF: Instituto Estadual de Florestas

IMRS: Índice Mineiro de Responsabilidade Social

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPTU: Imposto Predial e Territorial Urbano

ISSQN: Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza

MAB: Movimento dos Atingidos por Barragens

MTur: Ministério do Turismo

PAA: Programa de Aquisição de Alimentos

PEC: Plano Estadual de Cultura

PEDST: Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável do Turismo em Minas Gerais

PMDI: Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado

PNMT: Plano Nacional de Municipalização do Turismo

PMT: Plano Municipal de Turismo

PNT: Plano Nacional de Turismo

PNC: Plano Nacional de Cultura

PNCV: Política Nacional Cultura Viva

PNLL: Plano Nacional de Livro e Leitura

PRT: Programa de Regionalização do Turismo

PRONAC: Programa Nacional de Apoio à Cultura

PRONATEC: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SEC: Secretaria de Estado de Cultura

SEESP: Secretaria de Estado de Esportes

SETUR: Secretaria de Estado de Turismo

SNC: Sistema Nacional de Cultura

SNIIC: Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais

SNT: Sistema Nacional de Turismo

TCC: Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura, e o Termo de Compromisso Cultural

TCE: Tribunal de Contas do Estado

TURMINAS: Empresa Mineira de Turismo

UEMG: Universidade Estadual de Minas Gerais

UFJF: Universidade Federal de Juiz de Fora

UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais

UFES: Universidade Federal do Espírito Santo

UHE: Usina Hidroelétrica

UTRAMIG: Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais



Introdução

1 Introdução

Este documento apresenta o diagnóstico e a avaliação de impactos sobre os aspectos de cultura, esporte, lazer e turismo relativos ao município de Santa Cruz do Escalvado, decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, em 05/11/2015, fato doravante denominado Evento.

A definição do escopo e dos procedimentos empregados na elaboração do diagnóstico e da avaliação de impactos foi procedida em consonância com o que estabelece o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC, de 02 de março de 2016, acerca do Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, de cunho reparatório¹ e compensatório², na subseção III.3, cláusulas 101 a 105.

Face à complexidade e diversidade dos temas a serem abordados e à necessidade de cumprir o objetivo proposto com o máximo de fluidez de leitura possível, optou-se por dividir este documento em cinco partes, assim organizadas:

- Parte I: Metodologia;
- Parte II: Diagnóstico do Município;
- Parte III: Síntese;
- Parte IV: Avaliação de Impactos do Evento;
- Parte V: Créditos e Referências.

A primeira parte é destinada à apresentação dos procedimentos e instrumentos metodológicos empregados no desenvolvimento de todas as etapas do processo de trabalho: planejamento; levantamento de dados primários e secundários; sistematização e análise de dados para fins de diagnóstico, avaliação de impactos e proposição das ações e

1 Compreendem medidas e ações de cunho reparatório que têm por objetivo mitigar, remediar e/ou reparar impactos socioambientais e socioeconômicos advindos do EVENTO.

2 Compreendem medidas e ações que visam a compensar impactos não mitigáveis ou não reparáveis advindos do EVENTO, por meio da melhoria das condições socioambientais e socioeconômicas das áreas impactadas, cuja reparação não seja possível ou viável, nos termos dos PROGRAMAS.

medidas de reparação e compensação dos impactos identificados nas dimensões da cultura, turismo, e esporte e lazer.

A segunda parte se refere ao objetivo primeiro deste trabalho que é o de apresentar a atual situação dos municípios em relação aos aspectos da cultura, turismo, esporte e lazer. As informações apresentadas são o resultado da compilação de dados obtidos por meio de diferentes estratégias e procedimentos de pesquisa e buscam dar a conhecer o status atual da situação dessas áreas, com suas potencialidades e fragilidades. De maneira particular, este diagnóstico apresenta as condições atualmente vividas pelo município em função do Evento e as atividades já em desenvolvimento para sua mitigação, bem como aquelas que ainda são necessárias iniciar.

Ressalta-se que na etapa de diagnóstico procedeu-se com a atualização do Inventário de Oferta Turística do município, realizado em 2014, tendo sido necessário, portanto, validar e atualizar os dados e informações disponíveis.

Um aspecto importante a mencionar é o fato de que a pesca amadora foi incluída neste diagnóstico, na dimensão lazer. Sendo assim, há um volume específico para a pesca amadora que apresenta o diagnóstico dos 32 municípios conjuntamente.

Cabe fazer menção aqui ao fato de que não se pretendeu neste trabalho realizar um aprofundado diagnóstico de caráter socioeconômico, tendo em vista que este produto já foi previamente elaborado por consultoria contratada pela Samarco S/A. O referido diagnóstico³, inclusive, foi utilizado como referência para o trabalho ora apresentado. Nessa medida, os dados socioeconômicos de Santa Cruz do Escalvado aqui expostos são aqueles que auxiliam na análise de fragilidades e potencialidades municipais relativas aos temas de cultura, esporte, lazer e turismo e, ainda, aqueles que dão suporte à avaliação de impactos do Evento sobre o município, no tocante a estas disciplinas.

A terceira parte do trabalho consiste em uma síntese do diagnóstico das áreas de turismo, cultura, esporte e lazer.

³ Diagnóstico Socioeconômico, Município de Santa Cruz do Escalvado/MG, elaborado pela Práxis Projetos e Consultoria.

A quarta parte trata da avaliação de impactos decorrentes do Evento sobre o município de Santa Cruz do Escalvado. A qualidade da etapa de Identificação e Avaliação dos Impactos Ambientais (AIA) é de fundamental importância para que a Fundação Renova possa atuar de maneira efetiva na mitigação dos impactos ambientais decorridos do Evento, bem como trabalhar na potencialização de impactos positivos que eventualmente tenham ocorrido em função deste. Nesse sentido, a equipe da Expressão Socioambiental dedicou-se a adaptar metodologias já consagradas nos Estudos de Impacto Ambiental, as quais tomam como referência a Resolução CONAMA 01/86. Além disso, todos os tratados e parâmetros internacionais de garantia de qualidade de vida e direitos foram também levados em consideração.

A AIA somente pode ser realizada de forma coerente e tecnicamente adequada de posse de duas peças anteriores muito importantes: a descrição do Evento e suas consequências e o diagnóstico atual da área. Todo o processo de AIA se baseará nestas informações, tendo em vista que alguns impactos vivenciados pela população nos aspectos culturais, de esporte, lazer e turismo possam ter sido mitigados durante os meses subsequentes à sua ocorrência.

A quinta parte do relatório aborda a apresentação das referências utilizadas para a elaboração deste documento e os créditos.

Salienta-se que embora as análises versem sobre distintas dimensões da realidade social e das políticas públicas – cultura, turismo, esporte e lazer –, com suas especificidades, buscou-se conferir às mesmas uma perspectiva integrada.

Por fim, cumpre destacar que este relatório soma-se a um estudo mais abrangente, composto em sua totalidade pelo diagnóstico e Inventário da Oferta Turística (INVTUR) de 32 municípios contíguos ao rio Doce e ainda por outros cinco volumes, sendo eles Diagnóstico da Pesca Esportiva e Amadora; Documento de Políticas Públicas de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer em Nível Federal e Estadual; Perfil Municipal de Turismo, Cultura,

Esporte e Lazer de cada um dos 32 municípios; Compilado Cartográfico⁴; e Síntese dos Diagnósticos. Haverá, ainda, um vídeo com a apresentação dos principais resultados deste trabalho.

⁴ Os mapas apresentados neste relatório são meramente ilustrativos, visto que a redução de seu tamanho original não possibilita a leitura. Os mapas em tamanho compatível com a escala serão apresentados no volume: Compilado Cartográfico.



Metodologia

2 Metodologia

A definição dos procedimentos e instrumentos metodológicos aqui empregados observou as premissas que encerram a produção técnico-científica, os princípios e normativas instituídos pelos órgãos nacionais que regem processos de elaboração de diagnósticos para subsídio à avaliação de impactos socioambientais e a decorrente proposição de medidas de mitigação, reparação e compensação de tais impactos. De modo específico, observou o que estabelece o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC, de 02 de março de 2016, acerca do Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, de cunho reparatório e compensatório, na subseção III.3, cláusulas 101 a 105.

Foram propostos procedimentos e instrumentos para cada uma das etapas do processo de trabalho desenvolvido, a saber: o diagnóstico sobre os temas cultura, turismo, esporte e lazer relativos a 32 municípios da bacia do rio Doce, em Minas Gerais; a avaliação dos impactos socioambientais e a correlata proposição de ações e medidas de reparação e compensação.

Face à complexidade das expressões dos impactos decorrentes do Evento sobre a dinâmica sociocultural e econômica⁵ da área de abrangência do estudo, propôs-se distinguir duas territorialidades de análise: (i) os 32 municípios da área de interesse que integram a Bacia do rio Doce e, por conseguinte, o escopo do estudo; e (ii) as comunidades lindeiras ao rio, por isso, mais susceptíveis aos impactos.

2.1 Procedimentos Empregados no Diagnóstico

A elaboração do diagnóstico teve início com o levantamento de dados e informações secundárias em sítios governamentais de âmbito municipal, estadual e federal, bem como em bancos de dados e estudos de instituições de pesquisa. Dentre as principais fontes pesquisadas, tem-se:

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;

⁵ Não foram incorporados os efeitos inflacionários ao longo dos anos nos valores expressos neste relatório.

- Fundação João Pinheiro;
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA;
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD;
- Secretarias de Estado de Turismo, de Cultura e de Esportes de Minas Gerais;
- Ministério de Turismo;
- Ministério da Cultura;
- Ministério do Esporte;
- Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA;
- Fundação Renova;
- Práxis Projetos e Consultoria – Diagnóstico socioeconômico realizado para a Samarco.
- Herkenhoff & Prates - Relatório de Mapeamento de Ativos, Mariana, Barra Longa, Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado.

Os dados e informações levantados foram sistematizados em banco de dados, a partir do quais geraram-se gráficos e tabelas para subsidio às análises preliminares acerca dos aspectos a serem estudados.

O segundo momento foi dedicado à construção dos instrumentos de coleta de dados primários. Para tanto, tomou-se como ponto de partida e referência o modelo do Inventário da Oferta Turística – INVTUR, primeiro produto a ser gerado para cada um dos 32 municípios da área de abrangência deste trabalho, em atendimento ao TTAC e ao Termo de Referência. O INVTUR, proposto pelo Ministério do Turismo, é composto por formulários agrupados em três grandes eixos: infraestrutura de apoio ao turismo; serviços e equipamentos turísticos; e atrativos turísticos. Na metodologia proposta pelo Ministério do Turismo há uma recomendação de que o inventário seja realizado em parceria com instituições de ensino superior de turismo ou cursos afins. Em consonância com tal recomendação, a Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos realizou contrato de prestação de serviços de natureza técnico-científica com a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) de maneira a incluir em sua equipe docentes do Departamento de Turismo, bem como pesquisadores.

Face à amplitude do escopo do estudo, que contempla, além do turismo, as dimensões cultura e esporte e lazer, fez-se necessário construir instrumentos de levantamento de dados complementares, a serem utilizados em entrevistas com gestores públicos, integrantes dos conselhos de políticas setoriais, representantes de instituições de interesse público, que

atuam em áreas correlatas ao escopo do estudo, e lideranças comunitárias. Salienta-se que, com os instrumentos complementares, buscou-se abarcar questões não contempladas nos formulários do INVTUR, bem como contribuir para o levantamento de dados e informações que possibilitem cotejar os impactos decorrentes do Evento. O INVTUR proporciona o conhecimento do setor turístico, auxiliando na divulgação, utilização e elaboração de possíveis propostas de conservação e/ou reparação dos aspectos e pontos inventariados.

Tomou-se como referência a plataforma online do INVTUR, por ainda ser disponibilizada no site da Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais. Para acesso à referida plataforma, a SETUR/MG concedeu uma senha de teste, por meio da qual foi possível identificar e selecionar as informações a serem levantadas neste estudo, observando os itens de preenchimento obrigatório. Os formulários então elaborados foram inseridos em um aplicativo denominado *TapSee*, instalado em *tablets* utilizados pelos pesquisadores em campo. Os pesquisadores foram capacitados a utilizarem o referido aplicativo, em conformidade com os Manuais A, B e C do INVTUR, disponibilizados no site do Ministério do Turismo. Em tais Manuais é possível obter informações sobre todas as questões constantes nos formulários.

O levantamento de dados preliminar possibilitou constatar que metade dos 32 municípios dispõem de INVTUR, em geral, por integrarem circuitos turísticos, cuja adesão é condicionada à realização de inventário turístico local. Por conseguinte, foram estabelecidas distintas estratégias de levantamento de dados. Nos municípios que possuem INVTUR, o procedimento adotado foi o de atualizá-lo e validá-lo em posse de informações já disponibilizadas no *TapSee*. Nos municípios que não possuem inventário turístico, este foi realizado. Para tanto, foram utilizados diferentes procedimentos de preenchimento dos formulários, segundo a sua natureza.

A seguir, apresenta-se a Tabela 1, na qual constam o tipo de formulário, informações constantes em cada um deles para serem levantadas e os procedimentos adotados para obter tais informações.

Tabela 1 Listagem de formulários do INVTUR

INVTUR	Tipo de informação	Como obter a informação
Formulário A1	Características Gerais	Fontes secundárias e validação com representante sugerido no contato institucional
Formulário A.2.2	Acesso	Fontes secundárias e a condição pode ser percebida em campo
Formulário A4	Serviços de Segurança	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Formulário A7	Outros Serviços	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Módulo B (Formulários B1, B2, B3, B4, B5, B6 e B7)	Serviços e equipamentos turísticos	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Módulo C	Atrativos turísticos	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Formulário de Eventos	Eventos	Fontes secundárias e validação em campo
Formulário de Gastronomia	Gastronomia	Fontes secundárias e validação em campo

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A análise dos formulários do INVTUR foi cuidadosamente procedida, observando a necessidade de se levantarem dados para a elaboração dos diagnósticos municipais de turismo, cultura, esportes e lazer, tanto nas sedes dos municípios, quanto nas comunidades impactadas pelo Evento. Temas importantes para as análises e não contemplados no INVTUR motivaram a elaboração de novos instrumentos de coleta para preencher essas lacunas. Tal como previsto no TTAC, planejou-se a busca de informações referentes aos três segmentos: (i) institucionalidade e recursos, (ii) infraestrutura e equipamentos, (iii) programas, projetos e práticas.

Dessa forma, além da realização de pesquisa em fontes de dados secundárias para subsidiar o estudo das temáticas definidas, foram elaborados os seguintes questionários complementares:

- Questionário Complementar Partes I e II – Cultura;
- Questionário Complementar Partes I e II – Turismo;
- Questionário Complementar Partes I e II – Esportes e Lazer;
- Questionário Complementar Relacionamento Samarco/Prefeitura.

Os questionários complementares foram estruturados em blocos. Os três questionários complementares Parte I tratam da gestão municipal de cada política pública em estudo. Os outros três abordam, para cada tema de estudo, aspectos relativos ao desenvolvimento econômico e social, gestão financeira, capital social e, especificamente, para a área da cultura: a produção cultural, os equipamentos culturais, os meios de comunicação e o calendário cultural. Esses questionários foram destinados à aplicação junto a gestores e técnicos das gestões públicas municipais, responsáveis pelas políticas de cultura, turismo, esportes e lazer. O quarto questionário complementar tem por objetivo subsidiar a avaliação do relacionamento institucional do município com a Samarco, após o Evento, sendo por isso proposto ao Prefeito Municipal ou a um representante por ele indicado.

Para subsidiar a Avaliação de Impactos foram propostos procedimentos e elaborados instrumentos específicos de levantamento de dados. Os procedimentos específicos consistiram em: pesquisa documental de estudos técnico-científicos sobre o Evento e seus impactos; observação in loco com registro de dados e informações por meio de fotografias, filmagens e coordenadas geográficas, para fins de elaboração de mapas e outros recursos de documentação e análise; aplicação de questionários estruturados de avaliação de impactos junto a gestores públicos, integrantes de conselhos de políticas setoriais correlatas aos temas em estudo; representantes de instituições públicas e lideranças comunitárias. Foram três os questionários elaborados:

- Avaliação de Impacto no Setor Cultura;
- Avaliação de Impacto no Setor Turismo;
- Avaliação de Impacto no Setor Esportes e Lazer.

Os questionários foram aplicados e sistematizados por meio da ferramenta digital de *survey* operacionalizada pelo aplicativo *TapSee*, que permite o armazenamento, a organização e a padronização da coleta de dados, imagens e localização⁶. O aplicativo favorece o preenchimento digital e a integração de dados diretamente no banco de dados da pesquisa, facilitando a aplicação dos questionários e a sistematização da informação.

Com o objetivo de orientar o diálogo com moradores das comunidades diretamente atingidas pelo Evento, sejam eles lideranças, comunitárias ou não, comerciantes, representantes de associações e grupos diversos, foi elaborado um Roteiro de Entrevistas.

Também foi proposto trabalho de campo com vistas ao registro do impacto físico ao longo do rio, decorrente do Evento, por meio de ferramenta de georreferenciamento. Para tanto, utilizou-se como recurso um sobrevoo de drone, a fim de produzir imagens que registrassem o status atual do impacto em pontos específicos a partir da indicação dos entrevistados e com a observação dos técnicos envolvidos no diagnóstico.

⁶ O TapSee permite a criação de *survey*, com questões abertas e fechadas, para a aplicação em campo. Tem recursos para incluir variáveis numéricas, ícone para inserção de datas, armazenamento de fotos e de coordenadas GPS, gravações, além de separar as informações por página e as questões por blocos de assuntos.



Figura 1 Imagem aérea da Lagoa Dom Helvécio, no Parque Estadual do Rio Doce, realizada por meio de drone

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Em atendimento ao TTAC, que prevê de maneira explícita, a partir da avaliação de impactos, o desenvolvimento de ações de desenvolvimento e de recuperação da pesca esportiva/amadora para a bacia hidrográfica, especialistas da equipe elaboraram o Roteiro da Pesca Amadora Esportiva. Esse roteiro foi adotado como instrumento de orientação dos diálogos com ribeirinhos e comerciantes de lojas que vendem artigos de pesca nos municípios visitados.

Definidos os procedimentos metodológicos e elaborados os instrumentos de pesquisa, foi realizado trabalho de campo para levantamento de dados sobre aspectos atinentes à cultura, esporte, lazer e turismo, bem como sobre as atividades de pesca amadora/esportiva. De maneira geral, as atividades de campo tiveram três linhas de atuação: (i) contatos institucionais com gestores e conselheiros públicos para levantamento de dados por meio da aplicação de questionários estruturados, necessários ao balizamento das análises de diagnóstico e de avaliação dos impactos causados pelo Evento; (ii) atualização ou realização do INVTUR; (iii) levantamento de dados em localidades diretamente afetadas nas margens do rio e junto a pescadores amadores/esportivos e pessoas ligadas a essa atividade, por meio da aplicação de questionário, registro fotográfico e de coordenadas geográficas.



Figura 2 Exemplo de entrevista realizada com gestores municipais

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Com relação à pesca amadora/esportiva foram aplicados questionários junto a pescadores, moradores locais e ribeirinhos, que tinham a pesca como fonte de lazer e/ou turismo. Além dos específicos aos pescadores, foram aplicados questionários às atividades de comércio que tinham envolvimento direto com a pesca, a exemplo de lojas que comercializam produtos voltados à pesca, como caniços, linhas, anzóis, iscas e afins.



Figura 3 Preenchimento dos questionários junto a pescadores e moradores locais

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Além dos questionários foram observados in loco as atividades de pesca, tendo sido documentados todos os possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora/esportiva.



Figura 4 Registro das atividades de pesca ao longo do rio Doce

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016



Figura 5 Observação in loco dos possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora esportiva

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Por fim, no sentido de garantir uma eficiente e detalhada apresentação dos resultados do trabalho foram utilizados recursos como mapas, tabelas, gráficos e fotos.

2.2 Procedimentos Empregados na Avaliação de Impacto

Os procedimentos adotados para a avaliação de impactos serão apresentados no capítulo referente ao tema.

2.3 Procedimentos Empregados na Proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados

Os procedimentos empregados na proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados serão expostos em volume à parte dedicado a este tema.



Diagnóstico

3 Diagnóstico de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer: Município de Santa Cruz do Escalvado

3.1 Dados Gerais

3.1.1 Histórico de Ocupação do Município

Em 1823, o Padre Bernardino José da Silva ergueu uma capela na região onde se encontra Santa Cruz do Escalvado. Desse modo, iniciou-se o processo de ocupação da localidade, à época denominada Santa Cruz do Charneirão (IBGE, 2016).

Em 1846, já nomeado Santa Cruz do Escalvado, o povoado tornou-se distrito, por meio da Lei nº 312. Sendo subordinado a Ponte Nova, o distrito emancipou-se em 27 de dezembro de 1948, com a Lei nº 336, elevando-se, assim, à categoria de município (IBGE, 2016).

3.1.2 Aspectos Geográficos: Área e Temperatura

O município de Santa Cruz do Escalvado possui área de 258,68 km², fazendo parte da Mesorregião Zona da Mata e da Microrregião de Ponte Nova. Sua temperatura média é de 22° C (ATLAS BRASIL, 2016).

Os municípios limítrofes são: Piedade de Ponte Nova, Ponte Nova, Rio Casca, Rio Doce, Sem Peixe e Urucânia. Além da sede, Santa Cruz do Escalvado tem São Sebastião do Soberbo e Zito Soares como distritos (IBGE, 2016; MINAS GERAIS, 2016).

3.1.3 Aspectos Demográficos

De acordo com o IBGE, estima-se que a população de Santa Cruz do Escalvado em 2016 era de 4.981 pessoas e sua densidade demográfica de 19,31 habitantes por km² (ATLAS BRASIL, 2016; IBGE, 2016).

No período de 1991 a 2000, a taxa média anual de crescimento da população de Santa Cruz do Escalvado foi de -1,96%, enquanto a de Minas Gerais foi de 1,43%. Entre 2000 e 2010, a população do município cresceu novamente a uma taxa negativa, sendo esta de -0,74%. Se comparada à taxa de crescimento populacional estadual para o mesmo período (0,91%), observa-se diferença (ATLAS BRASIL, 2016).

A taxa de urbanização do município, que era de 30,55%, em 2000, alterou-se de modo pouco significativo em 10 anos, passando para 34,66%, em 2010. Valor expressivamente mais elevado pode ser observado em Minas Gerais, uma vez que a taxa de urbanização para o mesmo período passou de 82% para 85,29% (ATLAS BRASIL, 2016). Desse modo, observa-se que Santa Cruz do Escalvado é um município predominantemente rural.

Tabela 2 Taxa de urbanização - Santa Cruz do Escalvado e Minas Gerais (%)

		1991	2000	2010
Santa Cruz do Escalvado	População urbana	22,27	30,55	34,66
	População rural	77,73	69,45	65,34
Minas Gerais	População urbana	74,87	82	85,29
	População rural	25,13	18	14,71

Fonte: Atlas Brasil, 2016

Quanto ao gênero, em 2010 a população de Santa Cruz do Escalvado era composta por 50,24% de homens e 49,76% por mulheres. Já em Minas Gerais, a composição para o mesmo ano foi de 49,20% e 50,80%, respectivamente, não observando-se, portanto, diferença significativa (ATLAS BRASIL, 2016).

Em relação à escolaridade da população de Santa Cruz do Escalvado, é possível destacar uma evolução nas últimas duas décadas, havendo redução do número de habitantes, acima

de 25 anos, que são analfabetos ou possuem apenas fundamental incompleto (de 38,79%, em 1991, para 19,05%, em 2010) (ATLAS BRASIL, 2016).

O percentual de habitantes que completaram o ensino médio, ou mesmo têm superior incompleto (2,91%, em 1991, para 5,91%, em 2010), por sua vez, é significativamente inferior ao encontrado em Minas Gerais (17,17%, em 1991, para 32,55%, em 2010). Ademais, observa-se que, em 2010, 4,53% da população de Santa Cruz do Escalvado possuía ensino superior completo frente a 10,6% no estado (ATLAS BRASIL, 2016).

Dessa forma, é possível constatar que as gerações mais jovens de Santa Cruz do Escalvado possuem maior escolaridade, embora o percentual da população que completou mais anos de estudo seja expressivamente inferior ao do estado.

Naquilo que se refere à razão de dependência e à taxa de envelhecimento⁷, observa-se que em Santa Cruz do Escalvado, no ano 2000, a razão de dependência foi de 63,76%, enquanto, em 2010, registrou-se o valor de 54,74%. Já em Minas Gerais, registraram-se, no mesmo período, os valores de 54,94% e 45,92%. Quanto à taxa de envelhecimento, verifica-se que, em 2010, a do município foi de 13,26% frente a 7,36% do estado (ATLAS BRASIL, 2016).

⁷ A taxa de dependência se trata da razão entre a população dependente – com menos de 15 anos e de 65 anos ou mais – e a economicamente ativa – entre 15 e 64 anos. A taxa de envelhecimento, por sua vez, refere-se à razão existente entre a parcela da população que possui 65 anos ou mais frente ao total populacional.

Tabela 3 Razão de dependência e taxa de envelhecimento - Santa Cruz do Escalvado e Minas Gerais (1991, 2000 e 2010)

		1991	2000	2010
Santa Cruz do Escalvado	Razão de dependência	77,61%	63,76%	54,74%
	Taxa de envelhecimento	7,70%	10,49%	13,26%
Minas Gerais	Razão de dependência	65,43%	54,94%	45,92%
	Taxa de envelhecimento	4,83%	5,83%	7,36%

Fonte: Atlas Brasil, 2016

Identifica-se, assim, haver diferenças pouco significativas entre os valores atribuídos a Santa Cruz do Escalvado e o estado, tanto naquilo que se refere à razão de dependência, quanto à taxa de envelhecimento.

3.1.4 Infraestrutura Viária, de Transportes e Comunicação

O acesso a Santa Cruz do Escalvado se dá pela via terrestre. O município conta com terminal rodoviário⁸, cuja administração é pública e que se encontra em estado de conservação ruim.

Santa Cruz do Escalvado é atendida pela MG-329⁹, situando-se a 211 Km de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, e encontrando-se próximo a cidades como Ponte Nova (32 Km). O transporte intermunicipal é disponibilizado pela empresa São Jorge Auto Ônibus (MINAS GERAIS, 2016; PRÁXIS, 2016).

⁸ Endereço: Doutor Otávio Soares, nº 229. Centro. CEP: 35384-000; Contato: 3883.1139.

⁹ A MG-329 se liga à BR-116 e à BR-120.

O acesso ao meio ferroviário se dá em Ipatinga, que possui estação ferroviária da Estrada de Ferro Vitória a Minas. Também em Ipatinga se encontram os serviços aeroviários mais próximos, uma vez que o município conta com o Aeroporto da USIMINAS (PRÁXIS, 2016).

Sobre os meios de comunicação, verifica-se que Santa Cruz do Escalvado conta com as empresas Claro, Oi e Vivo como as principais operadoras de serviços de telefonia e internet móveis.

A figura a seguir aponta a localização e as principais vias de acesso ao município de Santa Cruz do Escalvado.

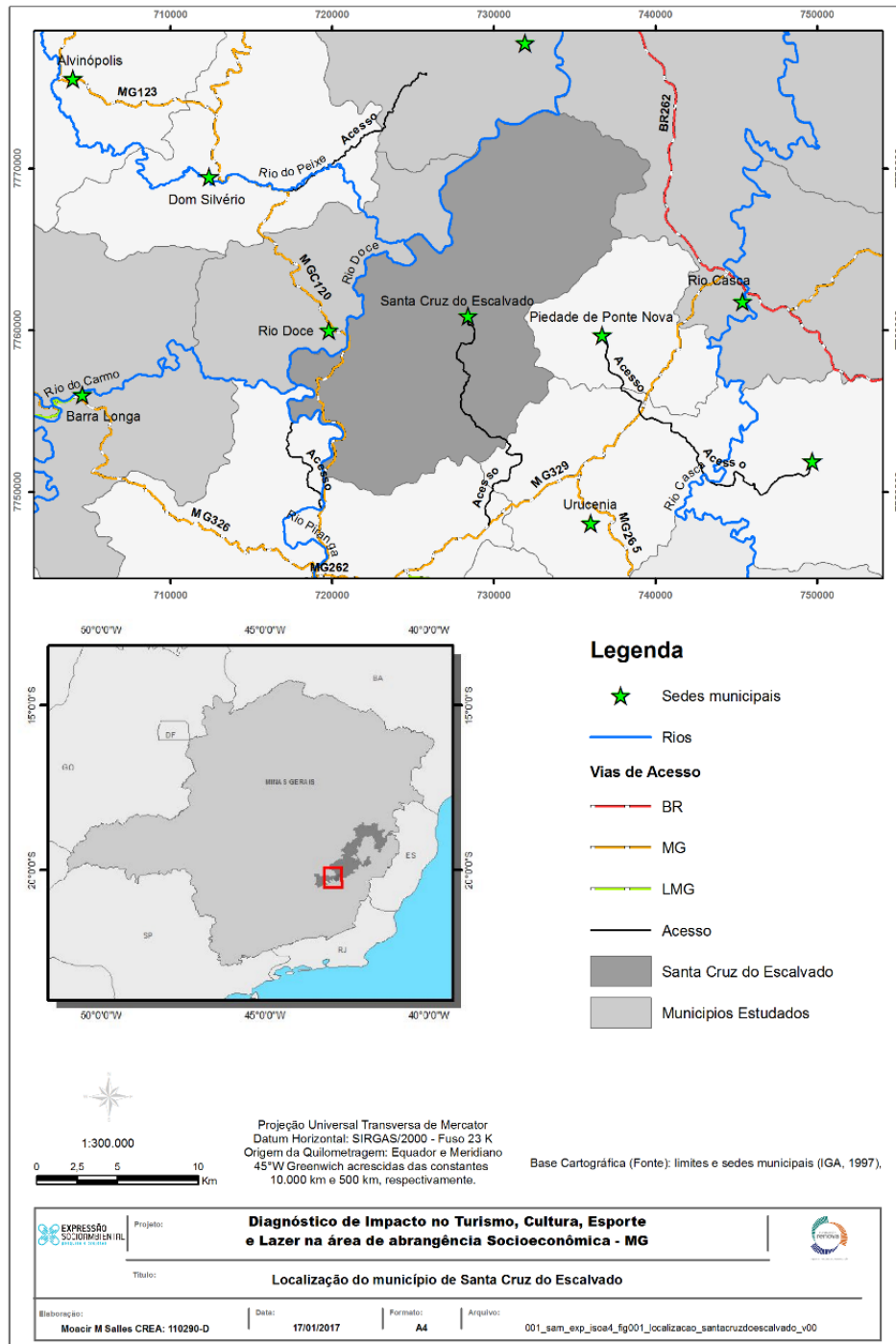


Figura 6 Mapa de localização de Santa Cruz do Escalvado

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.1.5 Desenvolvimento humano: IDH

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) foi estabelecido com o objetivo de mensurar o desenvolvimento de municípios, estados e países a partir de critérios outros que não somente aqueles associados ao desenvolvimento econômico. Parte-se da ideia de que a melhoria das condições de vida deve ser analisada a partir de outros parâmetros que não somente a via econômica e que diferentes esferas da vida humana possuem interconexão direta entre si e influenciam o processo de desenvolvimento local. Nessa medida, o IDH abarca três importantes dimensões, a saber: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1, sendo nenhum desenvolvimento humano e desenvolvimento humano total, respectivamente. Nesta escala, valores de IDH até 0,499 são considerados de desenvolvimento humano muito baixo, entre 0,500 e 0,599 são avaliados como baixo, entre 0,600 a 0,699 como médio, entre 0,700 e 0,799 alto e os com IDH maior que 0,800 são considerados desenvolvimento humano considerado muito alto.

Cabe ressaltar que no ano de 2010, a metodologia do IDH Global foi alterada, afetando, por sua vez, a composição do IDHM. Também foram realizadas mudanças no indicador para contemplar de maneira mais fidedigna o contexto das cidades brasileiras (ATLAS BRASIL, 2016).

Em relação ao IDHM de Santa Cruz do Escalvado, observa-se uma evolução do indicador no período de 1991 a 2010. Houve aumento de 0, 327 do IDHM total, 0, 185 do IDHM longevidade, 0, 190 no IDHM renda e 0, 387 no IDHM educação (ATLAS BRASIL, 2016).

Tabela 4 IDHM e seus componentes - Santa Cruz do Escalvado e Minas Gerais em 1991, 2000 e 2010

Localidade	IDHM			IDHM Longevidade			IDHM Renda			IDHM Educação		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Santa Cruz do Escalvado	0,298	0,445	0,625	0,630	0,715	0,815	0,428	0,510	0,618	0,098	0,241	0,485
Minas Gerais	0,478	0,624	0,731	0,689	0,759	0,838	0,618	0,680	0,730	0,257	0,470	0,638

Fonte: Atlas Brasil, 2016

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Santa Cruz do Escalvado foi de 0,625 em 2010, situando o município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699).

Observa-se que o aumento do IDHM do município foi impulsionado, ano a ano, por todos os componentes do índice. Cabe salientar a evolução registrada nos indicadores da área de educação, que, de 1991 para 2010, passou de 0,098 para 0,485. O índice referente a longevidade merece destaque, tendo Santa Cruz do Escalvado alcançado 0,815 pontos em 2010, valor próximo ao de Minas Gerais.

Porém, observa-se que o IDHM de Santa Cruz do Escalvado manteve-se constantemente abaixo da média dos municípios mineiros.

3.1.6 Economia: Principais Atividades Econômicas

3.1.6.1 PIB Municipal e PIB Per Capta

O Produto Interno Bruto é o indicador mais comum para análise da macroestrutura econômica de determinado município, estado ou país, uma vez que representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos em um período determinado.

De acordo com os dados referentes a Santa Cruz do Escalvado, é possível identificar que o PIB do município ascendeu no período de 2011 a 2013, passando de 5,4%, entre 2010 e 2011, para 6,4%, entre 2012 e 2013 (PRÁXIS, 2016).

Em termos comparativos, nota-se que o PIB municipal registou taxa de crescimento médio anual de 5,3% no período 2011-2013, sendo tecnicamente igual à do estado de Minas Gerais, que registrou, no mesmo período, taxa de 5,4%. Portanto, o PIB de Santa Cruz do Escalvado acompanhou a média de crescimento verificada para os municípios mineiros.

Tabela 5 PIB (1.000,00 R\$) de Santa Cruz do Escalvado e de Minas Gerais (2010 – 2013)

Localidade	2011		2012		2013	
	PIB	Δ%	PIB	Δ%	PIB	Δ%
Santa Cruz do Escalvado	43.157	5,4	44.991	4,2	47.868	6,4
Minas Gerais	619.103	7,0	645.795	4,3	672.285	4,1

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, 2016

No tocante ao PIB per capita, destaca-se a sua evolução no período, sendo de R\$ 8.194,00, em 2010, e R\$ 9.479,00, em 2013. Constata-se, ainda, que, em 2013, o montante foi expressivamente inferior ao valor médio dos municípios de Minas Gerais (R\$ 23.646,2135) (PRÁXIS, 2016).

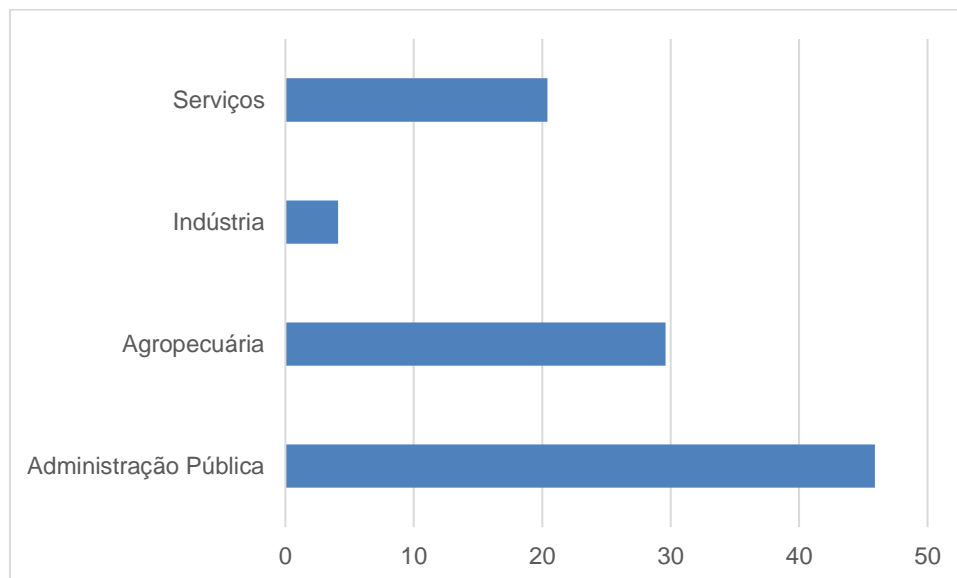
3.1.6.2 Valor Adicionado Bruto

A avaliação do Valor Adicionado Bruto permite a caracterização da base econômica do município de acordo com sua composição nos três setores da economia.

Entre as principais atividades econômicas do município de Santa Cruz do Escalvado encontram-se a administração pública e o setor de serviços, cujos Valores Adicionados são 45,9% e 20,4%, respectivamente. Em Minas Gerais, esses valores correspondem a 9,9% e 37,9% (PRÁXIS, 2016).

Destacam-se, portanto, os valores registrados para a administração pública, verificando-se que, segundo dados do IBGE, cerca de 40% dos municípios brasileiros possuem suas economias fortemente condicionadas a esse tipo de serviço, o que analogamente sugere a forte dependência da dinâmica econômica local à máquina pública.

Gráfico 1 Valor Adicionado Bruto de Santa Cruz do Escalvado



Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, 2016

Outras atividades que se destacam na economia local são aquelas relacionadas à indústria e à agropecuária, sendo os valores correspondentes 4,1% e 29,6%, respectivamente. No estado, o Valor Adicionado Bruto do setor da indústria é de 46,4%, enquanto o da agropecuária corresponde a 5,8% (PRÁXIS, 2016). Para ambos, portanto, observa-se diferença significativa entre o município e Minas Gerais.

3.1.6.3 Emprego e Estabelecimentos

Em relação ao emprego e à ocupação, no ano de 2000, o município de Santa Cruz do Escalvado possuía 948 habitantes com 10 ou mais anos de idade ocupados, na semana de referência, e 1.317 no ano de 2010, indicando crescimento. Já em Minas Gerais, eram 7.153.508 pessoas empregadas, no ano 2000, e 9.264.527, em 2010, demonstrando um crescimento de 29% (SIDRA IBGE, 2016).

Tabela 6 Número de pessoas ocupadas na semana de referência – Santa Cruz do Escalvado e Minas Gerais (2000 e 2010)

Localidade	2000	2010
Santa Cruz do Escalvado	948	1.317
Minas Gerais	5.058.328	6.806.149

Fonte: SIDRA IBGE, 2016

Em 2014, a agropecuária era responsável por 139 empregos em 41 estabelecimentos. A administração pública, por sua vez, empregava 233 pessoas em 2 estabelecimentos (DATAVIVA, 2016).

3.1.7 Legislação Urbanística Municipal

Naquilo que se refere à legislação urbanística, identificou-se que Santa Cruz do Escalvado conta com Lei Orgânica Municipal (Lei nº 128/1991) e Plano Diretor (Lei nº 08/2016).

3.2 Análise Temática

Nesta seção serão procedidas análises acerca de aspectos que encerram os temas de turismo, cultura e esporte e lazer, de modo a compor diagnósticos temáticos relativos ao município de Santa Cruz do Escalvado. Com efeito, abordam-se aspectos relativos ao desenvolvimento institucional do município segundo cada uma das referidas políticas públicas setoriais, bem como aos espaços, equipamentos, bens e serviços. No âmbito da cultura contemplam-se, ainda, as análises relativas a patrimônio cultural e memória e a manifestações, práticas, grupos e entidades culturais.

Salienta-se que o desenvolvimento institucional é aqui compreendido como a capacidade da administração pública municipal gerir de forma eficiente e eficaz as políticas públicas¹⁰. Considerado o objeto deste estudo, será examinado o desenvolvimento institucional de Santa Cruz do Escalvado para desempenhar a gestão das políticas de turismo, cultura, esporte e lazer. Para proceder com tal exame serão tomados quatro aspectos, segundo os grandes temas: Estrutura de Gestão; Mecanismos de Participação Social; Políticas de Financiamento e Fomento; Programas, Projetos e Práticas desenvolvidos no município.

Na análise desses aspectos será observado se o município está desenvolvendo ações com vistas à estruturação das políticas de turismo, cultura e esporte e lazer, em perspectiva sistêmica – ou seja, se está envidando esforços no sentido de implementar os sistemas municipais, em alinhamento com as diretrizes dos Planos Nacionais das referidas políticas setoriais.

Já as análises dos espaços, equipamentos, bens e serviços relativos a cada tema se baseiam nos dados obtidos por meio do Inventário Turístico realizado pela Expressão Socioambiental em Santa Cruz do Escalvado, entre os meses de novembro e dezembro de 2016. Informa-se, de imediato, que o referido Inventário possibilitou identificar 42 bens, serviços e atrativos no município, a seguir:

¹⁰ No inciso XIII do artigo 25 da Lei 8.666 (Lei de Licitações e Contratos) o desenvolvimento institucional é definido, no sentido geral, como a “oportunidade clara e precisa de transformação – mudança de processos, subprocessos, sistemas, subsistemas, comportamentos, arranjos institucionais e gerenciais normativos e não normativos, etc. – que tem a organização de evoluir de forma dinâmica com mais rapidez, eficiência e eficácia no cumprimento dos seus objetivos e finalidades”.

Tabela 7 Síntese do inventário de oferta turística – Santa Cruz do Escalvado

Tipo de manifestação	Total inventariado
Equipamentos de apoio turístico	20
Equipamento de hospedagem	2
Serviço e equipamento de alimentos e bebidas	9
Transporte	3
Locais/templos de manifestação de fé	6
Serviços e equipamentos para eventos	0
Outro serviço e equipamento turístico	0
Equipamentos Culturais	4
Meios de Comunicação	1
Equipamentos Culturais	3
Equipamentos de Esporte e Lazer	4
Equipamentos de Esporte e Lazer	4
Atrativos	5
Atrativo natural	2
Atrativo cultural	3
Diversidade Cultural	9
Grupos Culturais	3
Calendário Cultural	6
Gastronomia	0
Total	42

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A seguir são detalhadas as principais características desses bens, serviços e atrativos existentes no município, apresentados, ainda, na Figura 7:

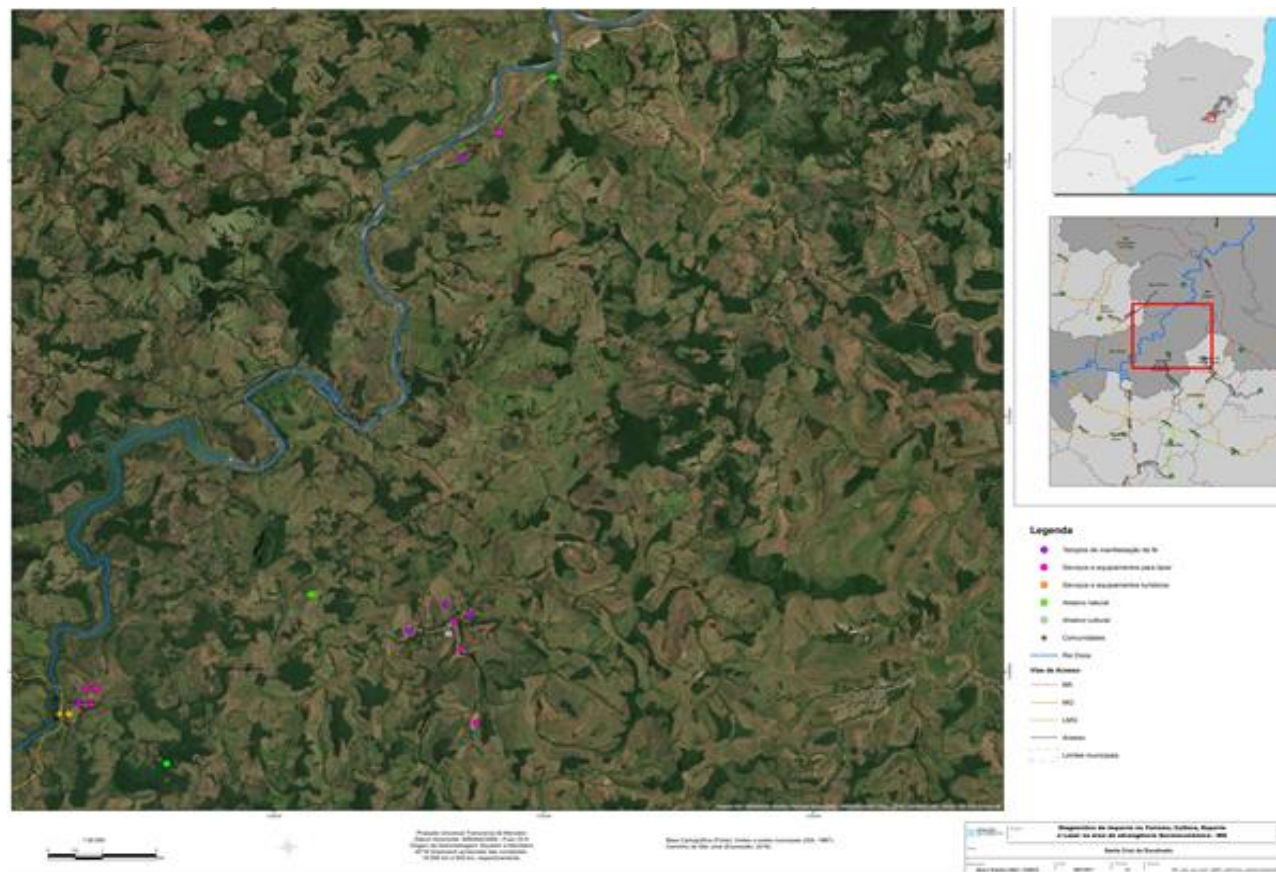


Figura 7 Mapa dos Bens Identificados em Santa Cruz do Escalvado

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1 Turismo

3.2.1.1 Desenvolvimento Institucional

A Organização Mundial do Turismo – OMT define o turismo como “o conjunto de atividades que as pessoas realizam durante viagens e estadias em lugares distintos de seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com fins de lazer, negócios e outros motivos não relacionados com o exercício de uma atividade remunerada no lugar visitado” (OMT, 2011). Por ser uma atividade que engloba diversos setores da sociedade e que vem crescendo de maneira intensa, cada vez mais tem-se pensado em estabelecer diretrizes e critérios para que o turismo seja trabalhado de forma benéfica e sustentável. Diante disso, em 1999, criou-se o Código Mundial de Ética do Turismo, que tem como premissa o desenvolvimento do turismo com vistas à expansão econômica, paz e prosperidade internacionais e a observância dos direitos do homem e das liberdades fundamentais.

O desenvolvimento e planejamento de um produto turístico abrange aspectos além de um potencial atrativo turístico. Deve-se considerar o ambiente e as relações operacionais, de estrutura e de mercado que se estabelecem. Assim, os principais elementos que compõem um produto turístico são: atrativos turísticos; equipamentos e serviços turísticos; supra estrutura turística; e infraestrutura de apoio ao turismo.

Com o objetivo de organizar o turismo com base na otimização de gestão, planejamento e mercado, o Ministério do Turismo elencou segmentos turísticos que podem ser definidos a partir da identidade da oferta e das características da demanda. Cabe ao planejador identificar quais segmentos e esforços devem ser empreendidos para a criação da oferta de um produto turístico viável (BRASIL, 2007). Desse modo, observa-se a existência de tipos de turismo cuja identidade pode ser conferida pela existência, em um território, de:

- Atividades, práticas e tradições (agropecuária, pesca, esporte, manifestações culturais, manifestações de fé etc);

- Aspectos e características (geográficas, geológicas, históricas, arquitetônicas, urbanísticas, sociais etc.);
- Determinados serviços e infraestrutura (de saúde, de educação, de eventos, de hospedagem, de lazer, etc).

Exposto isso, pode-se afirmar que as características do segmento determinam a imagem e a identidade do destino. Contudo, esse perfil não significa que o produto turístico apresente apenas uma possibilidade, uma vez que dada localidade pode apresentar diversas possibilidades de desenvolvimento turístico. Ademais, novas denominações surgem em virtude da busca de experiências, tecnologias e inovações oriundas dos planejadores das atividades turísticas e dos interesses dos visitantes.

Ao pensar o turismo como um dos segmentos econômicos que mais cresce atualmente e que movimentou, só em 2015, 1.075,04 bilhões de dólares em todo o mundo, pode-se entender que os processos turísticos possuem duas etapas principais: a transformação de recursos em produtos, quando o turista já encontra nele toda a condição necessária; e a transformação dos produtos em ofertas acessíveis ao mercado, divulgando-o de forma adequada. A partir disso, o mercado responde comprando e consolidando o destino como turístico (OMT, 2016).

3.2.1.1.1 Estrutura de Gestão

As diretrizes nacionais do setor turístico dispõem que os municípios demandam um aparato institucional para constituir seu sistema de turismo, dispondo de órgão específico para o setor, Conselho, Fundo e Plano, além de participar do programa de regionalização e do ICMS turístico, este último prerrogativa específica do estado de Minas Gerais. O Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS, elaborado pela Fundação João Pinheiro, possibilita avaliar, entre outras variáveis, a “Organização Turística do Município¹¹”. Este

11 O indicador “Organização Turística do Município” busca aferir a participação da prefeitura na formulação e implementação de políticas, programas e/ou ações no setor de turismo. Pontuação é dada pela participação no programa

indicador se refere à participação do governo municipal na formulação e implementação de políticas, programas e/ou ações no setor. Em consulta aos dados de tal indicador, observou-se que “Santa Cruz do Escalvado, em 2012, estava entre os 207 municípios do estado que não implementaram ações voltadas para o desenvolvimento do turismo local. Em 2009, quando o critério ‘Turismo’ foi inserido no rol de critérios da Lei nº 18.030/2009, Santa Cruz do Escalvado não estava entre os 44 municípios de Minas que adotavam políticas públicas de turismo para a promoção de seu desenvolvimento econômico, social e cultural” (FJP, 2013).

A gestão da política de turismo em Santa Cruz do Escalvado é atribuição da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Turismo, órgão que, portanto, acumula entre as suas funções a gestão de distintas políticas setoriais. Além disso, o município não dispõe de Plano Municipal de Turismo (PMT) para orientar a sua atuação, principal ferramenta de planejamento para o desenvolvimento da política de turismo municipal.

Segundo a SETUR/MG (2014), o PMT é “o instrumento de planejamento elaborado em conjunto com COMTUR que será o elo entre a política estabelecida e a ação de fato”. De modo geral, o Plano possui horizonte de planejamento plurianual, normalmente de quatro anos, devendo ser reelaborado com base em mudanças no cenário socioeconômico e cultural do município, a fim de definir adequadas estratégias para a implementação da Política Municipal de Turismo.

Ainda de acordo com a SETUR/MG (2014), o PMT possibilita ao município:

- Promover a integração e a participação da comunidade no planejamento turístico;
- Estruturar e ordenar o turismo local e regional;
- Fomentar a produção turística, a fim de conceber uma oferta qualificada;

estadual de regionalização do turismo; existência de uma política municipal de turismo; existência e funcionamento regular do Fundo Municipal de Turismo, sendo atribuído 1 ponto para os municípios que atendem aos três requisitos e 0 para os que estão nas demais situações (FJP, 2013).

- Qualificar e capacitar os produtos turísticos do município e da região;
- Promover o município como destino qualificado.

3.2.1.1.2 Mecanismos de Participação

Santa Cruz do Escalvado não possui Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, principal mecanismo de participação e controle social da política de turismo. Segundo a SETUR/MG (2014), este órgão é “capaz de promover a descentralização administrativa, constituindo um espaço de vivência e de construção contínua da democracia, essencial para uma gestão participativa. Neste sentido, os conselhos permitem que a comunidade contribua, participe e fiscalize as ações do governo de forma legítima”.

3.2.1.1.3 Financiamento e Fomento

A Fundação João Pinheiro (2013) mediu o esforço orçamentário dos municípios mineiros por meio do indicador “Esforço Orçamentário em Turismo¹²”. Desse modo, verificou-se que “Os gastos orçamentários de Santa Cruz do Escalvado na subfunção turismo, conforme indicado nas prestações de contas anuais, representaram 0,0% do total do orçamento municipal em 2013, mesmo percentual registrado em 2009” (FJP, 2013).

Santa Cruz do Escalvado não possui Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR e tampouco legislação de incentivo ao setor, o que poderia auxiliar no desenvolvimento da atividade no nível municipal. As formas de apoio utilizadas pela prefeitura para promover, fomentar e

12 O indicador “Esforço Orçamentário em Turismo” mostra a participação percentual dos gastos orçamentários dos municípios, apresentados em sua prestação de contas anuais, na subfunção Turismo nos gastos totais. O aumento do recurso aplicado na atividade significa maior disponibilidade de recursos para ser investido em ações, programas e projetos e podem contribuir, portanto, para ampliar os esforços empreendidos pelo governo municipal na consolidação do turismo como fator de desenvolvimento sustentável, de distribuição de renda, de geração de emprego e de conservação do patrimônio natural, cultural e turismo.

apoiar iniciativas no âmbito do turismo são o apoio não financeiro e o empenho de recursos próprios.

3.2.1.1.4 Programas, Projetos e Práticas

Santa Cruz do Escalvado não participa do Programa Nacional de Regionalização do Turismo e, conseqüentemente, não integra a política estadual dos Circuitos Turísticos (CTs), principal instrumento de gestão estadual, por meio do qual os municípios podem se inserir na regionalização do turismo.

O município também não participa do ICMS Turístico, política estadual de turismo que visa investir e organizar os municípios mineiros por meio de repasses financeiros mensais condicionados à formatação/implantação, por parte dos mesmos, de programas e projetos voltados para o desenvolvimento turístico sustentável.

3.2.1.2 Espaços/equipamentos de apoio turístico

Santa Cruz do Escalvado não possui Inventário de Oferta Turística – INVTUR, importante instrumento de formulação de políticas públicas de cultura, turismo, esporte e lazer. Assim, foi necessário coletar informações de base para a sua inventariação turística a partir de pesquisa de campo realizada pela Expressão Socioambiental, nos meses de novembro e dezembro de 2016.

3.2.1.2.1 Meios de Hospedagem

Os meios de hospedagem são definidos nos manuais do INVTUR como “serviços remunerados prestados por estabelecimentos que oferecem alojamento e serviços necessários ao conforto do hóspede, como recepção, guarda de bagagem, conservação, manutenção, arrumação e limpeza das áreas, instalações e equipamentos, etc.”. Com base em tal definição foram inventariados dois meios de hospedagem em Santa Cruz do Escalvado, um localizado na zona rural e outro na sede urbana do município. Somando a

infraestrutura dos meios de hospedagem, o município possui, aproximadamente, 11 unidades habitacionais e 20 leitos. São eles:

- Pousada Aqui;
- Pousada Cachoeira Alta.

Tabela 8 Meios de Hospedagem



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1.2.2 Equipamentos de Alimentos e Bebidas

O levantamento de dados em Santa Cruz do Escalvado possibilitou inventariar nove estabelecimentos do segmento de alimentos e bebidas que prestam serviços remunerados.

São eles:



- Bar Rodoviário;
- Restaurante Dada;
- Boteco do Joaquim;
- Comercial José Damásio;
- Padaria Kipão;
- Padaria Santa Edwiges;
- Bar do Everaldo;
- Mercearia Lana;
- Padaria Santa Cruz.

Tabela 9 Equipamentos de alimentos e bebidas em Santa Cruz do Escalvado





Boteco do Joaquim Saturno



Comercial José Damásio

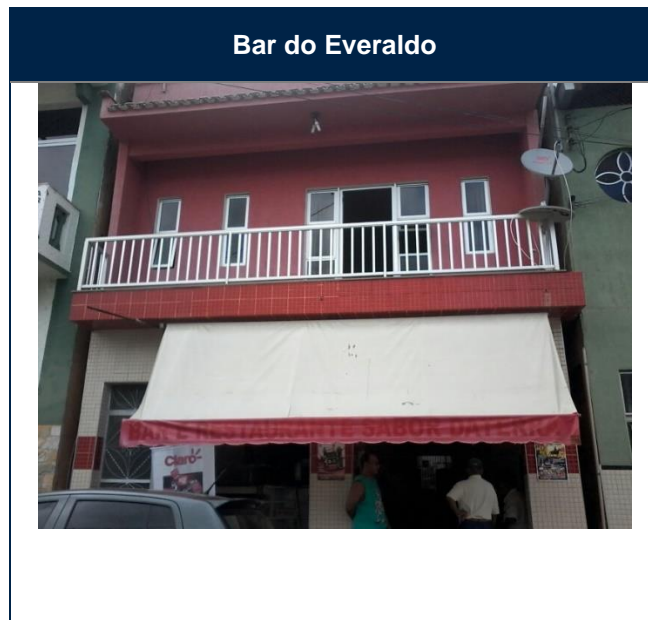


Padaria Kipão



Padaria Santa Edwiges





Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

3.2.1.2.3 Serviços de transporte

O levantamento de campo permitiu identificar dois taxistas em Santa Cruz do Escalvado, além da empresa de transporte São José.

3.2.1.2.4 Agências de Turismo

Com base no levantamento realizado em Santa Cruz do Escalvado, observa-se não haver nenhum serviço de agenciamento turístico no município.

3.2.1.2.5 Espaço para Eventos

Em Santa Cruz do Escalvado não foram identificados equipamentos apropriados para a realização de congressos e convenções. Entretanto, o Parque de Exposições Arini Vieira Lima é utilizado para eventos de grande porte, a exemplo da Festa de Cavalgada, de exposições agrícolas, feiras e shows.

Ademais, de acordo com o gestor público entrevistado, o município possui espaço para instalação de circo.



Figura 8 Parque de exposição Arini Vieira Lima

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1.2.6 Locais e Templos de Fé/Edificações

Foram inventariados seis locais e templos de fé em Santa Cruz do Escalvado, a saber:

- Assembleia de Deus;
- Capela Santo Antônio;
- Capela Coração de Jesus (Capela do Merengo);
- Igreja Matriz de Santa Cruz;
- Capela Nossa Senhora das Mercês;
- Igreja Presbiteriana Renovada.

Tabela 10 Locais e templos de fé de Santa Cruz do Escalvado





Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Cabe ressaltar que, no âmbito do Inventário Turístico, esses locais interessam tanto sob o ponto de vista das suas edificações, as quais podem ser consideradas como atrativos turísticos e bens patrimoniais, quanto em função das manifestações de fé que abrigam.

Do ponto de vista do diagnóstico cultural, sendo ou não considerados bens patrimoniais, sendo ou não protegidos pelo município, pelo estado ou pela União, esses templos são importantes lugares de práticas culturais, pelo viés da diversidade religiosa em Santa Cruz do Escalvado. Também abrigam importantes elementos históricos e artísticos, de caráter ritualístico religioso, de forte simbologia para a comunidade de fiéis, a exemplo de imaginária, telas, indumentárias, decorações, mobiliário e objetos de culto.

3.2.1.2.7 Atrativos Naturais

Santa Cruz do Escalvado conta com expressivos atrativos turísticos naturais, tais como o Conjunto Paisagístico Pedra de Santa Cruz do Escalvado e a Represa de Candonga, sendo o primeiro tombado pela Lei Municipal nº 936/2014. Esses importantes atrativos naturais

complementam os espaços públicos de sociabilidade e lazer, com trilhas, caminhadas, escaladas, contemplação da paisagem, banhos e demais práticas culturais.

Ademais, o município conta com diversas cachoeiras. Do conjunto de cachoeiras que compõem o acervo do patrimônio natural da região, destacam-se a Cachoeira do Merengo, a Cachoeira Alta, o Córrego do Gambá e o Córrego da Esperança.



Figura 9 Conjunto Paisagístico Pedra Santa Cruz do Escalvado.

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016



Figura 10 Cachoeira do Merengo

Fonte: ASSIS, 2008



Figura 11 Cachoeira Alta ou do Soberbo

Fonte: http://br.geoview.info/cachoeira_alta_soberbo_santa_cruz_do_escalvadamg,13191582p

Como Santa Cruz do Escalvado faz divisa com o município de Rio Doce, dispõe do mesmo atrativo natural: o lago formado pelo reservatório da UHE Risoleta Neves, conhecido como UHE Represa de Candonga, onde existe um passeio de chalana.

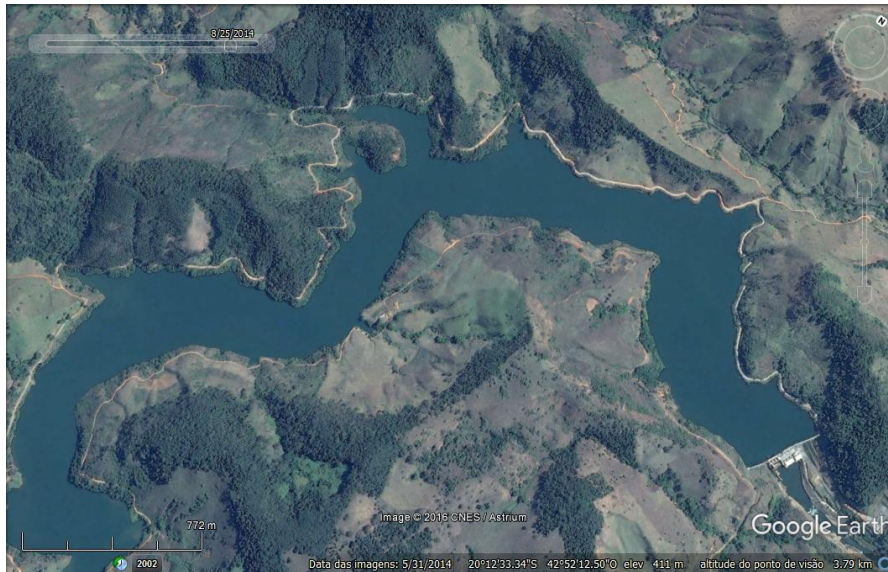


Figura 12 UHE Represa de Candonga

Fonte: Google Earth, 2016



Figura 13 Chalana

Fonte: <https://www.facebook.com/RIO-DOCE-MG-274334282597527/>

Ressalta-se que os atrativos naturais da comunidade se tornam também atrativos de lazer para a prática de natação, pesca, canoagem, passeio de chalana, passeio de caiaque, travessia de balsa, camping, entre outras atividades.

3.2.2 Cultura

3.2.2.1 Desenvolvimento Institucional

A política cultural no Brasil, com seu atual formato de institucionalização, teve suas bases lançadas em meados da década de 1980, com a criação do Ministério da Cultura e da Lei Sarney, no primeiro momento, e da Lei Rouanet, já nos anos 1990. Após cerca de 20 anos, iniciou-se, em 2003, a reestruturação do papel do Estado e da política cultural no país, que, capitaneada pelo Ministério da Cultura, culminou na implantação do Sistema Nacional de Cultura - SNC.

O Sistema Nacional de Cultura constitui-se em um processo no qual se articulam vários agentes, em inúmeras instâncias da federação, bem como diversas políticas e programas. O objetivo final é a formulação e a implantação de políticas públicas de cultura de longo prazo, discutidas e pactuadas com a sociedade civil, artistas, grupos culturais e movimentos como um todo.

O principal objetivo do SNC é fortalecer institucionalmente as políticas culturais da União, Estados e Municípios, com a participação da sociedade, considerando que, ainda hoje, as políticas para a cultura continuam ocupando posição periférica na agenda da maioria dos governos, além de serem conduzidas de forma pouco profissional. Parte desse problema está na indefinição a respeito do papel do poder público (Estado) na vida cultural.

Dessa forma, o SNC propõe articular os governos federal, estaduais e municipais e a sociedade civil organizada, através de conselhos, conferências e fóruns, para a promoção de políticas e ações culturais integradas. Para se efetivar, a nova proposta pressupõe e depende de uma articulação entre as diversas esferas de governo na implantação da política pública.

Aos municípios compete: criar condições de natureza legal, administrativa, participativa e orçamentária para sua integração ao SNC; assinar o termo de cooperação para adesão ao SNC; consolidar o Plano Municipal de Cultura; criar e implantar, ou manter e assegurar, o funcionamento do conselho municipal de política cultural; criar e implantar, ou manter e assegurar, o Fundo Municipal de Cultura; realizar a conferência municipal de cultura previamente à conferência estadual e nacional; apoiar a realização das conferências nacional e estadual de Cultura; compartilhar recursos para a execução de ações, programas e projetos culturais no âmbito do SNC; compartilhar informações junto ao Sistema Nacional de Informações Culturais disponibilizado pela União; implantar e regulamentar as normas específicas locais dos sistemas setoriais de cultura; cumprir as metas e prazos definidos no planejamento estratégico do SNC.

Enfrentando um processo lento e de longo prazo, além de dificuldades de ordem legal (aprovação de leis e emendas no Congresso Nacional) e política para a sua instauração, até o momento o SNC não atingiu a maioria dos municípios brasileiros. Entretanto, o Sistema tem mostrado ampliação de sua capilaridade em todo o país.

A figura abaixo traz o desenho do sistema, com seus elementos componentes.

Figura 14 Elementos constitutivos dos Sistemas de Cultura



Fonte: MINC / SNC - Guia de orientação para os municípios, 2012

É nesse contexto que se apresentam, a seguir, informações sobre a política cultural no município de Santa Cruz do Escalvado, buscando-se avaliar os seguintes elementos: estrutura de gestão; legislação e fontes de financiamento; mecanismos de controle e participação social; espaços e equipamentos; diversidade cultural; calendário de eventos; e política de preservação do patrimônio cultural.

3.2.2.1.1 Estrutura de Gestão

A gestão da cultura em Santa Cruz do Escalvado é atribuição da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, órgão que acumula entre as suas funções a gestão de distintas políticas públicas setoriais.

É importante destacar que, conforme o Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS¹³, da Fundação João Pinheiro, a existência ou não de um órgão gestor da cultura e a sua caracterização é um indicador do grau de importância que o setor cultural tem para a administração municipal. O órgão gestor de cultura tem por finalidade formular e implementar uma política pública de cultura, articulando ações conjuntas entre os vários atores do campo cultural.

Santa Cruz do Escalvado aderiu ao Sistema Nacional de Cultura – SNC – em 21/12/2012, através do Processo nº 01400.017549/2012-35 da Secretaria de Articulação Institucional do Ministério da Cultura. Tal acordo tem como objeto estabelecer as condições e orientar a instrumentalização necessária ao desenvolvimento do SNC, com implementação coordenada e/ou conjunta de programas, projetos e ações, no âmbito da competência do município.

Embora tenha aderido ao SNC, o município ainda não implantou o Sistema Municipal de Cultura e tampouco seus elementos componentes obrigatórios.

13 O IMRS deriva da construção de uma ampla base de dados a fim de atender as várias dimensões correspondentes aos princípios dispostos na Lei 15011/2004, segundo a qual “A responsabilidade social na gestão pública estadual consiste na implementação, pela administração pública, de políticas, planos, programas, projetos e ações que assegurem o acesso da população à assistência social, à educação, aos serviços de saúde, ao emprego, à alimentação de qualidade, à segurança pública, à habitação, ao saneamento, ao transporte, ao lazer...”

No que é relativo às ações realizadas pela municipalidade na área cultural, realça-se que, em geral, são pontuais ou focadas na realização de eventos. A partir da análise dos dados constantes na Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, módulo Cultura 2014¹⁴, realizada pelo IBGE, pode-se perceber que não são realizados projetos contínuos no município, tendo sido citadas as seguintes ações: manutenção de parcerias com entidades do setor privado sem fins lucrativos; realização de ações culturais destinadas a crianças, adolescentes e jovens; manutenção da Biblioteca Pública; desenvolvimento de ações para promoção do turismo cultural, com divulgação das atrações locais; apoio financeiro ao desfile de carnaval; apresentações musicais e festas; celebrações e manifestações tradicionais e populares.

3.2.2.1.2 Mecanismos de Participação

No que se refere à participação da sociedade civil na política cultural, Santa Cruz do Escalvado possui o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, instituído pelo Decreto nº 339/2002, deliberativo e com cinco membros efetivos e respectivos suplentes representantes do poder público e de entidades da sociedade civil.

Conforme apurado em entrevistas realizadas com gestores públicos, o município já realizou duas conferências de cultura, sendo uma municipal, em 2011, e uma intermunicipal, em 2013. Também participou da Conferência Estadual de Cultura, em 2015, e da 2ª e 3ª conferências nacionais, de acordo com dados do MINC.

¹⁴ A Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, módulo Cultura, realizada pelo IBGE em 2014 nas 27 unidades da Federação e nos 5.570 municípios fornece informações sobre a existência de equipamentos culturais, meios de comunicação, atividades artísticas e artesanais e pontos de cultura; gestão da Política de Cultura; infraestrutura para o cumprimento da função e capacitação de servidores; legislação relacionada ao tema; instâncias de participação; além de existência e funcionamento de Fundos de Cultura, entre outros aspectos. Seus resultados são divulgados em conjunto com a Pesquisa De Informações Básicas Estaduais – ESTADIC.

3.2.2.1.3 Financiamento e Fomento

Santa Cruz do Escalvado não possui Fundo Municipal de Cultura e tampouco Lei de Incentivo à Cultura. Todavia, conforme apurado em pesquisa de campo, o município possui Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural, instituído pela Lei nº 808/2009, regulamentada e em funcionamento.

Para o financiamento das ações públicas na área da cultura o município utiliza recursos próprios. Não foram encontrados projetos aprovados nas leis de incentivo e fundos estaduais em nome de empreendedores do município.

A tabela abaixo apresenta os valores do orçamento municipal destinados à cultura, relativos aos anos de 2014 e 2015, que podem ser consultados no Portal Fiscalizando com o TCE Minas Transparente¹⁵.

Tabela 11 Orçamento municipal – despesas realizadas segundo a função Cultura – Santa Cruz do Escalvado (2014-2015)

Item / Função	2014	2015
Despesa total Prefeitura (valor atualizado)	17.268.173,22	19.950.814,00
Despesa total Prefeitura (valor executado e liquidado)	14.191.117,43	13.339.185,09
Despesa total com a Unidade Cultura (valor executado e liquidado)	646.664,49	521.389,89
Despesa total com a Unidade Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural (valor executado e liquidado)	159.348,76	63.940,42

FONTE: Portal Fiscalizando com o TCE Minas Transparente, 2016

¹⁵ Portal do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, programa Fiscalizando com o TCE Minas Transparente. "Os Municípios encaminham as informações municipais sobre a execução de seus orçamentos e têm até o último dia útil de março do ano subsequente para o envio da prestação de contas anual. Após essa data o TCEMG tem 360 dias para emitir o parecer prévio".

OBS: apenas valores liquidados; os valores empenhados não foram aqui considerados.

Observa-se que constam R\$ 806 mil gastos com as unidades Cultura e Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural, em 2014, o que correspondia a 5,7% do orçamento municipal anual executado. Desse total, R\$ 646 mil foram destinados à Unidade Cultura, que distribuiu os valores entre a realização de eventos e festas populares (R\$ 548 mil, correspondente a 85% dos recursos da Unidade), a manutenção das atividades da Biblioteca Pública, o desenvolvimento das atividades culturais e o auxílio financeiro à Filarmônica Santa Cruz do Escalvado, associação filantrópica. À Unidade Fundo de Patrimônio foram destinados R\$ 159 mil, gastos em trabalhos de restauração de bens tombados.

Já no orçamento de 2015, a somatória dos recursos das duas Unidades (Cultura e Fundo de Patrimônio) foi reduzida para pouco mais de R\$ 585 mil, o que correspondeu a 4,4% do orçamento municipal realizado. Desse montante, a Unidade Cultura absorveu 89% dos recursos (R\$ 521 mil, dos quais R\$ 435 mil gastos na realização de eventos e festas populares e o restante dividido entre manutenção das atividades da biblioteca, desenvolvimento das atividades culturais, auxílio financeiro à Filarmônica e à AMA – Associação Música e Arte) e a Unidade Fundo de Patrimônio teve seu valor reduzido para R\$ 64 mil.

O município tem tido participação regular na política estadual de ICMS Patrimônio Cultural¹⁶, promovida pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA, iniciativa fundamental para o estabelecimento de uma política de preservação do patrimônio cultural adequada a cada localidade.

16 O ICMS Patrimônio Cultural foi criado pela Lei nº 12.040/95, atual Lei nº 13.803, que atribuiu ao Iepha/MG a responsabilidade pela elaboração e implementação dos critérios para o repasse dos recursos aos municípios. Como base para a pontuação o município deve enviar ao Iepha documentação anual comprovando a existência e o funcionamento de lei municipal de proteção do patrimônio cultural, lei de criação de conselho municipal de patrimônio (regimento interno e atas), órgão de patrimônio, realização de projeto de educação patrimonial, inventário de proteção do acervo cultural, iniciativas de tombamento e de proteção a bens culturais.

Nesse quesito, conforme pode ser visto nas tabelas a seguir, sua pontuação e respectivos repasses se elevaram ano a ano, chegando ao exercício 2017 com pontuação de 16,70, mais que o dobro da média alcançada pelos municípios mineiros, de 7,83. Com isso, a perspectiva é que haja mais recursos para o desenvolvimento da cultura e a preservação do patrimônio no município no ano que se inicia.

Tabela 12 Pontuação no ICMS Patrimônio Cultural – Santa Cruz do Escalvado (2013-2017)

Município	ICMS exercício 2017	ICMS exercício 2015	ICMS exercício 2013
Santa Cruz do Escalvado	16,70	14,45	13,12

Fonte: IEPHA, 2016

Tabela 13 Valores repassados para o município segundo o critério Patrimônio Cultural – Santa Cruz do Escalvado (2014-2016)

Municípios	Valor ICMS 2014	Valor ICMS 2015	Valor ICMS 2016*
Santa Cruz do Escalvado	279.791,76	291.861,06	182.889,36

Fonte: FJP, 2016

*O valor de 2016 não contém o valor repassado no mês de dezembro.

3.2.2.2 Espaços e Equipamentos Culturais

A infraestrutura cultural de Santa Cruz do Escalvado se expressa pelos equipamentos e demais espaços públicos favoráveis à produção, difusão e fruição da cultura.

Como o município não havia sido previamente objeto do Inventário de Oferta Turística – INVTUR, foi necessário coletar informações de base para o início de uma inventariação cultural. Os espaços e equipamentos culturais identificados nas pesquisas de campo, realizadas pela Expressão Socioambiental em 2016, abrigam os principais eventos e manifestações da cultura local.

3.2.2.2.1 Museus, Galerias e demais Espaços Expositivos

O levantamento de dados em campo possibilitou afirmar que o município não dispõe de espaços adequados à difusão e à fruição de manifestações artísticas, tais como museus, galerias, teatros, sala de espetáculo ou cinema, necessários para abrigar produções locais e externas. As manifestações culturais são, em sua maioria, de cunho popular e se desenvolvem em logradouros públicos.

Como resultado desse panorama, em 2013 o IMRS inseriu o município dentre os 72,6% dos municípios mineiros que não apresentavam pluralidade de equipamentos culturais.

3.2.2.2.2 Arquivo Público/Documentação/Biblioteca

O município possui uma biblioteca pública, a Biblioteca Pública Municipal Santa Inês. Esta ocupa um espaço de 74 m², encontrando-se em estado regular de conservação. Seu acervo é de 2 a 3 mil livros e sua recepção é de, em média, 200 leitores mensais, dentre os 342 registrados. Também conta com o serviço mala de leitura (SEC, 2016).

Santa Cruz do Escalvado, porém, não possui Arquivo Público, assim como 79,8% dos municípios mineiros, equipamento que complementa o suporte à educação e à pesquisa da memória social e da história do lugar.

3.2.2.2.3 Atrativos Culturais

O Cruzeiro Santa Cruz do Escalvado é um espaço para passeio e contemplação da cidade e região. Demarca o surgimento do povoado, a tradição religiosa da população e compõe a origem do nome da cidade.



Figura 15 Cruzeiro Santa Cruz do Escalvado

Fonte: ASSIS, 2008

Na cultura predominantemente rural de Santa Cruz do Escalvado, destacam-se as sedes de fazendas antigas, a exemplo de:

- Fazenda do Charnecão: construída em 1949, estudos indicam ser a fazenda mais antiga da região, tendo dado origem à sede do município;
- Fazenda Esperança: situada no distrito de Zito Soares, mantém um engenho de 1910, participando há mais de um século da história da região.



Figura 16 Sede da Fazenda do Charneirão

Fonte: ASSIS, 2008



Figura 17 Sede da Fazenda Esperança.

Fonte: ASSIS, 2008

3.2.2.3 Manifestações, Práticas, Grupos, Coletivos e Entidades Culturais

As informações disponíveis para Santa Cruz do Escalvado na MUNIC 2014 apontam a presença de manifestações, grupos e artistas em atividade em várias áreas culturais. As

principais manifestações mencionadas à época foram: grupos de teatro; banda de música; manifestações das culturas populares; blocos carnavalescos; culinária típica; e artesanato, representado pelos objetos feitos com fibras vegetais, além do bordado.

Na pesquisa de campo foram citados pelos entrevistados os seguintes grupos relevantes da cultura local: Associação de Música e Arte; Filarmônica de Santa Cruz, criada em 1989 e herdeira da extinta Banda União 3 de Maio, da década de 1940; e Associação de Artesanato de Nova Soberba.



Figura 18 Associação Música e Arte

Fonte: <https://i.ytimg.com/vi/S5OLE4I8pdE/maxresdefault.jpg>



Figura 19 Filarmônica Santa Cruz do Escalvado, em Santo Antônio do Grama (2013)

Fonte: <https://i.ytimg.com/vi/zyIDOPYxCMo/maxresdefault.jpg>



Figura 20 Desfile no Encontro de Bandas em Santa Cruz do Escalvado

Fonte: <https://i.ytimg.com/vi/P0Vb9iPRlll/maxresdefault.jpg>

É importante destacar, ainda, que o município é um importante polo de produção de cachaça artesanal, com os produtores filiados à Cooperativa dos Produtores de Cachaça Artesanal de Alambique do Vale do Piranga – COOPERVAPI. De acordo com dados secundários

coletados, atualmente a Cooperativa engarrafa a bebida com a marca Essência das Gerais, sob orientação da Universidade Federal de Viçosa. À exceção da formação musical realizada pelas bandas de música locais, não foram identificadas ações de formação artística e cultural no município, a exemplo de cursos e oficinas

3.2.2.4 Calendário Cultural

O calendário cultural de Santa Cruz do Escalvado se compõe dos seguintes eventos ao longo do ano:

- Fevereiro: carnaval;
- Abril ou Setembro: Encontro de Bandas;
- Julho: Festa de Santana do Deserto (dia 26);
- Agosto: Cavalgada;
- Dezembro: aniversário da cidade (dia 27).



Figura 21 Carnaval 2011

Fonte: <http://www.santacruzdoescalvado.mg.gov.br/fotos/category/7-carnaval-2011>



Figura 22 Cavalcada 2012

Fonte: <http://www.santacruzdoescalvado.mg.gov.br/fotos/category/25-cavalgada-2012>

De acordo com o documento História de Santa Cruz do Escalvado¹⁷ também são relevantes as festas religiosas, “como o mês dedicado à Virgem Maria, a festa do Divino Espírito Santo, o Congado e as festividades ligadas ao Natal [...] Além do mês de Maria, outras festas também fizeram ou até hoje fazem parte da história da cidade, como a festa de São Vicente de Paulo, de São Sebastião, da Padroeira, entre outras” (ASSIS, 2008, pp. 57-58).

¹⁷ Disponível em: http://www.santacruzdoescalvado.mg.gov.br/edital/historia_santacruz.pdf



Figura 23 Festa do Divino, em 1948.

Fonte: Santa Cruz do Escalvado, 2016

3.2.2.5 Patrimônio Cultural e Memória

O IMRS considera a legislação de proteção do patrimônio cultural, material e imaterial, um diferencial na gestão cultural dos municípios, além de constituir um passo importante para a implementação de uma política pública de proteção do patrimônio cultural.

Atendendo ao disposto no Artigo nº 216 da Constituição Federal, Santa Cruz do Escalvado instituiu legislação de proteção do patrimônio cultural material e imaterial, a Lei nº 936/2014, que trata dos instrumentos de proteção – tombamento e registro – e da organização do patrimônio histórico e artístico municipal.

Em 2002 foi criado o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural, por meio do Decreto nº 339, cujo regimento interno foi aprovado pelos conselheiros em exercício no ano de 2015. O município possui, ainda, Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural.

Santa Cruz do Escalvado chegou a obter pontuação de 16,70 no ICMS Patrimônio Cultural no exercício 2017, mais que o dobro da média mineira, que é de 7,83 para 2017. Vale informar que a maior pontuação de Minas Gerais, atribuída ao município de Mariana, é de 58,50.

O atendimento aos critérios estabelecidos pelo estado reflete diretamente no aumento de recursos a serem repassados ao município e, conseqüentemente, na possibilidade de garantir mais investimento na gestão do patrimônio. Tal movimento agrega suporte a uma efetiva política pública de patrimônio, ampliando as ações de salvaguarda da cultura e da preservação da memória.

São quatro os bens patrimoniais protegidos por força das leis de tombamento e registro no município:

- Cruzeiro Santa Cruz do Escalvado: situado atrás da Igreja Matriz, foi tombado pelo Decreto nº 622/2006, “por seu valor simbólico afetivo”, na categoria Bens Imóveis. Encontra-se em estado ruim de conservação e não possui qualquer estrutura de acolhimento à comunidade, seja para contemplação ou para atividades de trilhas, o que também não favorece a visitação turística;
- Pedra do Escalvado: situada na comunidade de Pedra do Escalvado, foi tombada pelo Decreto nº 516/2004, por seu “valor histórico, simbólico e natural”, na categoria Conjunto Paisagístico;
- Sino da Escola Estadual Doutor Otávio Soares: indicado como bem móvel e integrado. Simboliza o respeito às normas, tendo sido bastante utilizado pela escola, com “os toques matinais anunciando os eventos cívicos e religiosos, o canto do Hino Nacional e orações” (ASSIS, 2008). Também era tocado para anunciar eventos e mortes. Tombado pelo Decreto nº 752/2007;
- Cavalgada e Festa do Peão de Boiadeiro: registrada pelo Decreto nº 1559/2014, na categoria Celebrações.

Vale ressaltar que na documentação entregue pelo município ao ICMS Patrimônio Cultural, exercício 2017, pode-se observar o Plano de Inventário de Proteção do Acervo Cultural – IPAC. Este começou a ser executado no ano de 2003, tendo somente naquele ano inventariado 15 bens da categoria estruturas arquitetônicas e urbanísticas. Trata-se de trabalho contínuo desenvolvido pela prefeitura local.

Estudos destacam a importância e a qualidade arquitetônica das sedes de fazendas antigas, testemunhas da vitalidade e riqueza da economia de local nos séculos passados, a exemplo do Distrito Zito Soares.

3.2.2.6 Educação Patrimonial

O município desenvolve o projeto de educação patrimonial EDUCAR na rede municipal de ensino, em conformidade com as orientações da Deliberação Normativa do CONEP 02/2012. O objetivo é favorecer o conhecimento do patrimônio cultural da cidade, conscientizando os alunos quanto à cidadania, à identidade cultural e à memória. A metodologia proposta pelo IEPHA consiste no desenvolvimento de aulas, palestras, debates, pesquisas, entrevistas, redações, maquete, visita guiada ao bem cultural escolhido e feira cultural. Em 2015, o bem escolhido foi a Usina Hidrelétrica Risoleta Neves.

Participaram os alunos do 5° e 6° ano das escolas municipais Amaro Ribeiro Gomes e José Gomes de Souza.

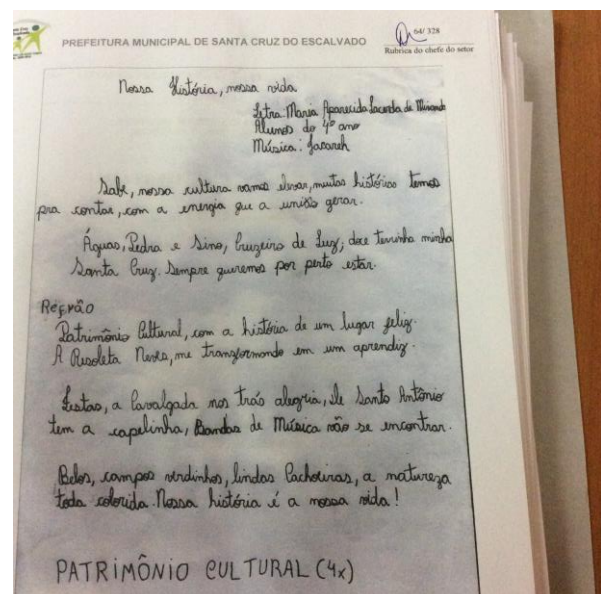
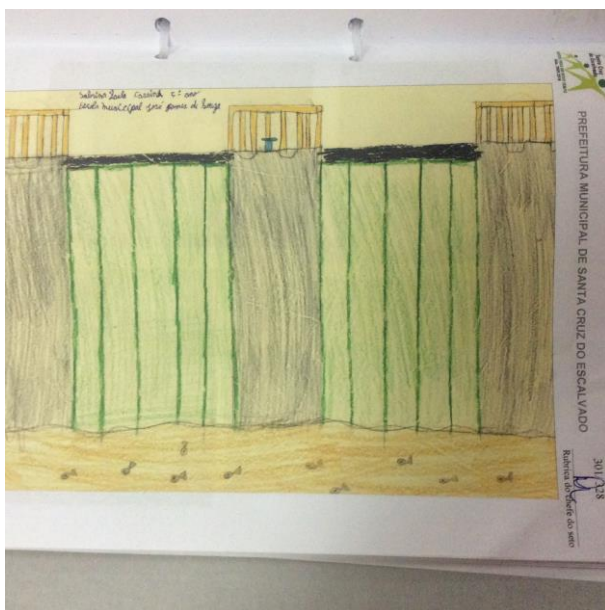


Figura 24 Educação patrimonial

Fonte: IEPHA, 2016

Santa Cruz do Escalvado também participou da Jornada Mineira do Patrimônio Cultural, realizando o VIII Encontro de Bandas de Música, com a participação de corporações de

outros municípios vizinhos. Em setembro de 2015, promoveu um curso de capacitação para os servidores da Secretaria Municipal de Educação e Cultura intitulado Patrimônio Cultural: Conceitos e Práticas de Preservação.

3.2.3 Esporte e Lazer

3.2.3.1 Desenvolvimento Institucional

No Brasil, o esporte passou a ser foco da administração pública na década de 1940, tendo como impulsionador o conjunto de manuais instituídos pelo exército. Já em 1941, por meio do Decreto Lei nº 199, a organização do esporte profissional foi atribuída ao Conselho Nacional do Desporto – CND, passando, somente em 2003, para a tutela do Ministério do Esporte (NOLASCO et al, 2005).

No ano de 2015, o Senado Federal abrigou comissão de juristas com o objetivo de elaborar legislação geral para o desporto no país, de modo a sistematizar e atualizar normas já existentes. Ainda em 2015, constituiu-se a Subcomissão Especial do Plano Nacional do Desporto para a regulamentação das políticas nacionais do setor.

O Ministério do Esporte é responsável pela formulação da Política Nacional de Esporte, direcionando atividades, programas e ações nas três esferas: municípios, estados e União. Além de desenvolver o esporte de alto rendimento, o Ministério trabalha ações de inclusão social por meio do esporte, garantindo à população brasileira o acesso gratuito à prática esportiva, qualidade de vida e desenvolvimento humano (BRASIL, 2016). Assim, para a construção da Política Nacional do Esporte foi utilizado, como principal ferramenta, o Plano de Desenvolvimento do Esporte, de 1999.

Já a Secretaria de Estado de Esportes é órgão estadual pertencente ao governo de Minas Gerais. Sua missão é “propor e coordenar políticas públicas efetivas voltadas à promoção do esporte e da atividade física, promovendo integração social e qualidade de vida” (MINAS GERAIS, 2016). Os programas desenvolvidos pelo órgão visam a estimular o esporte mineiro e a prática de atividades físicas e de lazer, de modo a contribuir para a qualidade de

vida da população, o desenvolvimento de hábitos saudáveis e o fortalecimento da imagem de Minas no cenário esportivo (MINAS GERAIS, 2016).

No nível municipal, por sua vez, observa-se que o setor deve ser orientado com base nas seguintes prioridades: elaborar Política Municipal de Esporte e Plano Municipal de Esporte; desenvolver atividades esportivas no âmbito da educação municipal, tendo como base a concepção da formação cidadã e eventual inserção profissional em práticas esportivas; dotação orçamentária específica; promoção de eventos e projetos esportivos; elaboração de legislação voltada para políticas públicas ligadas às práticas esportivas, seus espaços e equipamentos; e refletir na política pública a inclusividade no esporte (TUBINO, 2001). Ademais, um modelo participativo de gestão municipal demanda, ao menos, a existência de órgão executivo, mecanismos de participação e de controle social, bem como fundo setorial.

É nesse contexto que se apresenta, a seguir, informações sobre a política esportiva e de lazer desenvolvida no município de Santa Cruz do Escalvado, considerando os seguintes elementos: estrutura de gestão; mecanismo de participação social; financiamento e fomento; programas, projetos e práticas; espaços/equipamentos esporte e lazer.

3.2.3.1.1 Estrutura de Gestão

A gestão da política de esporte e lazer em Santa Cruz do Escalvado é atribuição da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Turismo.

No levantamento de dados em campo, a gestora pública entrevistada informou que, embora a Política Nacional do Esporte assinale ser papel do município “criar uma legislação que favoreça o desenvolvimento esportivo do município com a adesão, inclusive, da iniciativa privada” e que a Lei Orgânica Municipal nº 128/1991 estabeleça a importância do desenvolvimento do desporto, a prefeitura não desenvolveu Plano Municipal de Esporte e Lazer.

Verificou-se, ainda, que Santa Cruz do Escalvado não possui sistema de informações e indicadores para monitorar e avaliar a política de esporte e lazer.

3.2.3.1.2 Mecanismos de Participação

Conforme dados coletados no sítio eletrônico da Secretaria de Estado de Esportes e junto a representante municipal entrevistada, Santa Cruz do Escalvado não dispõe de Conselho Municipal de Esporte e Lazer.

3.2.3.1.3 Financiamento e Fomento

O levantamento de dados em campo permitiu verificar que Santa Cruz do Escalvado possui Fundo Municipal de Esporte e/ou Lazer. Todavia, não se obteve informação acerca da legislação que o instituiu ou a respeito da existência de projetos aprovados, bem como de sua gerência e fonte de recursos.

Observa-se, ainda, que Santa Cruz do Escalvado não dispõe de legislação de incentivo ao Esporte e/ou Lazer.

Ainda de acordo com a representante municipal entrevistada, Santa Cruz do Escalvado possui dotação orçamentária específica destinada à Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Turismo. Contudo, ela não soube informar o percentual representado pela referida dotação no total do orçamento municipal. A entrevistada informou que a prefeitura utiliza recursos próprios para promover, fomentar e apoiar iniciativas deste setor.

O indicador “Esforço Orçamentário em Esporte e Lazer”¹⁸, integrante do Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS Esporte e Lazer, apontou que, em 2013, os gastos orçamentários de Santa Cruz do Escalvado nas subfunções Desporto de Rendimento, Desporto Comunitário e Lazer representaram 3,1%

¹⁸ O indicador “Esforço Orçamentário em Esporte e Lazer” mostra a participação percentual dos gastos orçamentários dos municípios, apresentados em sua prestação de contas anuais, nas subfunções Desporto de Rendimento, Desporto Comunitário e Lazer nos gastos totais. Maior disponibilidade de recursos para ser investido em ações, programas e projetos, refletindo maior compreensão do governo municipal sobre a importância da política pública voltada para a promoção do setor, indica maior possibilidade de ampliar o desenvolvimento de práticas desportivas formais e não formais no âmbito do município. (FJP, 2013).

do total do orçamento municipal. Em 2009, esse percentual era de 1,1% (FJP, 2013), representando um aumento de 2% no gasto orçamentário no período de 2009 a 2013.

3.2.3.1.4 Programas, Projetos e Práticas

Em levantamento realizado junto à Secretaria de Estado de Esportes, constatou-se que Santa Cruz do Escalvado tem participação nos Jogos Escolares de Minas Gerais.

Já no levantamento em campo, registrou-se que os principais eventos esportivos e/ou de lazer realizados no município são: pesca amadora, passeio de chalana, utilização de quiosques, futebol e taekwondo.

O indicador “Participação em Programas Governamentais de Esporte”¹⁹, integrante do Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS, elaborado pela Fundação João Pinheiro, revela que “a participação do governo municipal de Santa Cruz do Escalvado estava entre os 474 municípios de Minas que não implementaram ações voltadas para o desenvolvimento do esporte e lazer” (FJP, 2013).

A observação do Relatório dos Indicadores Definitivos do ICMS Solidário – Critério Esportes (Artigo 8º, §3º, Inciso I da Lei 18.030/2009), ano base 2015, possibilita notar que o município não obteve pontuação no período avaliado, visto que não dispõe de Conselho Municipal (MINAS GERAIS, 2016).

O ICMS Esportivo é um programa do governo de Minas Gerais que tem como objetivo fomentar a realização de programas/projetos esportivos, a organização da política esportiva

19 O indicador “Participação em Programas Governamentais de Esporte” mostra a participação do governo municipal na execução de ações, projetos e/ou programas, isoladamente ou em convênio e/ou parceria com outras entidades, relacionados com o desporto educacional, de participação e de rendimento, inclusive para pessoas idosas e deficientes.

A pontuação do município é dada pelo número de modalidades realizadas por atividade esportiva e pelo número de atletas participantes em cada programa/projeto. Os valores encontrados são convertidos em índices que variam de 0 a 1, representando, respectivamente, a pior e a melhor situação. Ou seja, quanto mais próximo de 1, maior é o número de atividades esportivas oferecidas e maior o número de atletas atendidos no município, o que contribui para fortalecer o esporte e lazer em Minas Gerais (FJP, 2013).

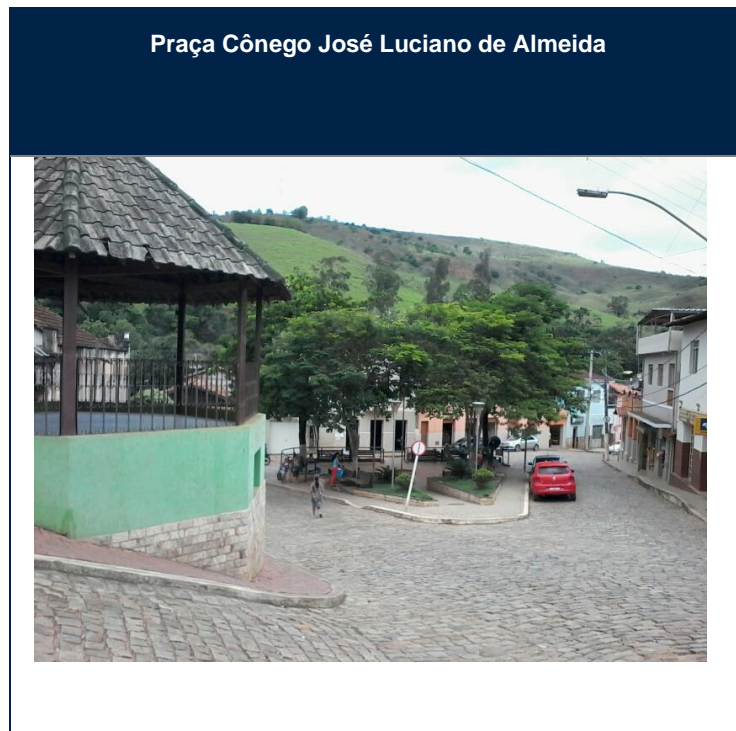
dos municípios e a participação popular, por meio dos Conselhos Municipais de Esporte. Assim, para participar do ICMS Esportivo, a cada ano, os municípios devem comprovar a atividade regular do seu Conselho e a realização de programas/projetos no ano base, ano civil imediatamente anterior ao de cálculo da pontuação no ICMS Esportivo (MINAS GERAIS, 2016).

3.2.3.2 Espaços/Equipamentos Esporte e Lazer

Santa Cruz do Escalvado possui três espaços de esporte e/ou lazer que se constituem em ponto de encontro da comunidade para festas, eventos e atividades físicas, esportivas, de recreação, de lazer, escolares e culturais. São eles:

- Ginásio Poliesportivo;
- Ginásio Poliesportivo José Emídio de Souza;
- Praça Cônego José Luciano de Almeida.





Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Tal como apresentado no diagnóstico do município produzido pelos especialistas do setor turismo, durante o trabalho de campo realizado em Santa Cruz do Escalvado foi possível identificar e inventariar importantes atrativos que possuem elementos naturais e que podem ser utilizados para fins esportivos e/ou de lazer: o Conjunto Paisagístico Pedra de Santa Cruz do Escalvado; a represa de Candonga; a Cachoeira do Merengo; a Cachoeira dos Chaves; o Córrego do Gambá; e o Córrego da Esperança.

3.3 Diagnóstico de Comunidades próximas ao Rio Doce

O levantamento de campo identificou duas comunidades rurais no município de Santa Cruz do Escalvado situadas próximas ao rio Doce, sendo elas Novo Soberbo e Merengo. A localização dessas comunidades está representada pela figura a seguir.

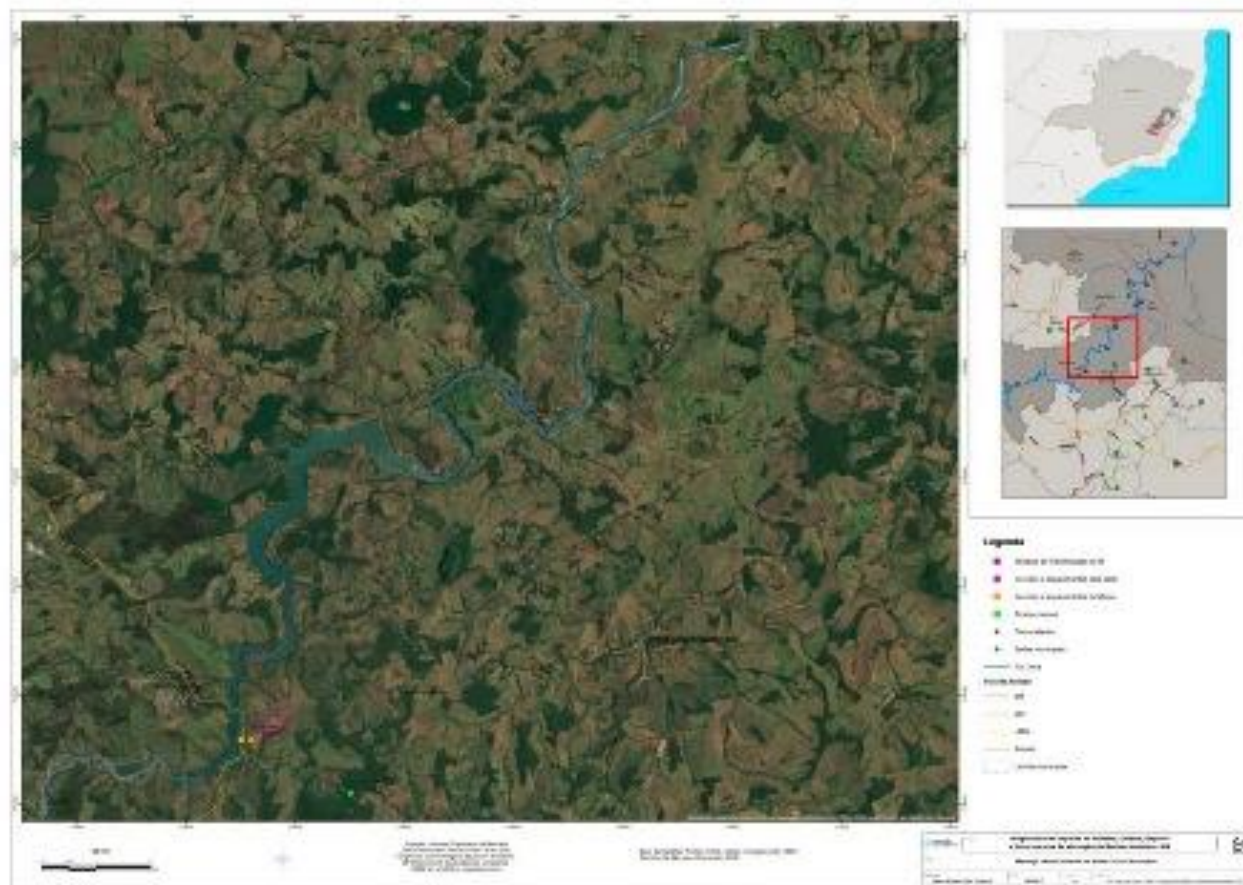


Figura 25 Mapa de localização de comunidades próximas ao rio Doce em Santa Cruz do Escalvado.

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

3.3.1 Novo Soberbo

Novo Soberbo é uma comunidade pertencente ao município de Santa Cruz do Escavaldo. O rio Doce é parte marcante do cotidiano da comunidade, tendo em vista seu uso para atividades de lazer, pesca e turismo, bem como para extração de areia e ouro por parte dos moradores.

Naquilo que se refere às atividades de lazer no rio, observa-se a prática da natação, além do uso de caiaque, chalana e *jet ski*. Ademais, entre os equipamentos que propiciam a diversificação de tais atividades, a comunidade conta com campo de futebol, pista de caminhada, quadra de areia e espaço para a prática de ciclismo.

Verifica-se, ainda, a existência de um quiosque que promove festas com frequência, atraindo visitantes.

Durante o levantamento de campo, foram identificadas manifestações culturais e religiosas comemoradas em Novo Soberbo, sendo elas a Festa de São Sebastião, o Encontro dos Cavaleiros de Novo Soberbo e as romarias para as festas de Santana.

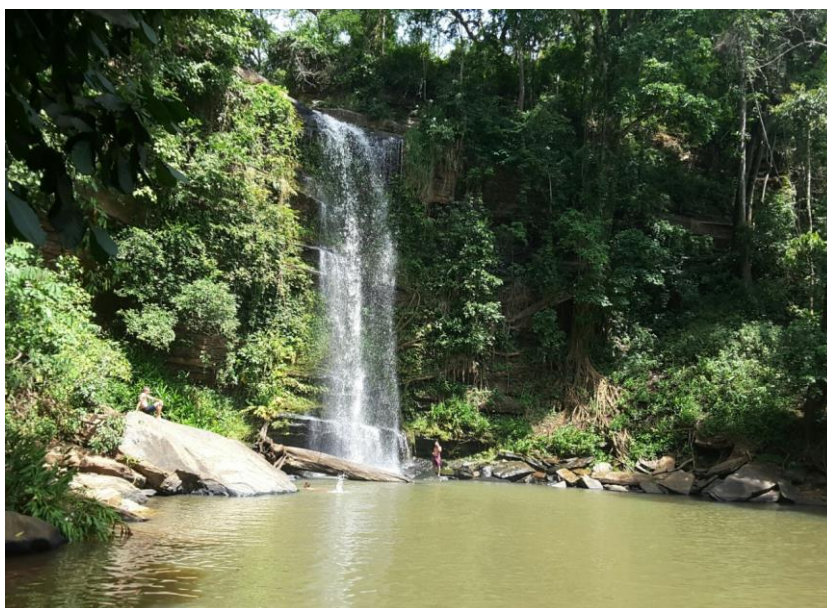


Figura 26 Cachoeira em Novo Soberbo

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.3.2 Merengo

A comunidade do Merengo, pertencente ao município de Santa Cruz do Escavaldo, é também conhecida como Córrego das Cotas. A comunidade, formada há mais de cem anos, foi originalmente povoada por índios e escravos fugidos, tendo abrigado um quilombo. A construção de uma capela impulsionou o processo de formação do povoado, que ganhou sua primeira escola somente no ano de 1963, a Escola Rural Padre Simões.

De modo geral, não verifica-se a presença de grandes proprietários de terra em Merengo. Cerca de 30% da população trabalha na área rural, ocupando, sobretudo, a função de lavrador. A agricultura de subsistência se destaca em Córrego Cotas, enquanto a água utilizada para a irrigação das plantações é fruto de nascentes e córregos.

Além de escola, a comunidade conta com posto de saúde, praça e rua pavimentada. A maior parte da população, porém, não possui ensino fundamental completo. Por outro lado, observa-se que as parcelas mais jovens da população apresentam maior escolaridade. Ademais, verifica-se a presença de associações comunitárias em Merengo, a exemplo da Associação dos Agricultores Familiares do Sagrado Coração de Jesus, da qual fazem parte lideranças expressivas no local.

Entre as dificuldades enfrentadas pela população, encontram-se os problemas relativos ao acesso, especialmente à sede de Santa Cruz do Escalvado, transporte e iluminação públicos, falta de médicos e de lazer.

Merengo tem no rio Doce parte marcante de seu cotidiano, encontrando-se em sua margem direita e a 15 Km da sede de Santa Cruz do Escalvado. O rio é mobilizado pelos moradores para atividades de lazer e pesca. Naquilo que se refere à frequência de visitantes na comunidade, destaca-se a pesca esportiva, bem como uma cachoeira que se encontra nas margens do rio.

Merengo conta com uma balsa para descolamento no rio e uma casa voltada para o abrigo de pescadores. Entre os equipamentos que propiciam a diversificação das atividades de lazer, observa-se que a comunidade possui um campo de futebol.

Durante o levantamento de campo, verificou-se que as seguintes manifestações culturais e religiosas são comemoradas pelos moradores de Merengo: Festa do Sagrado Coração de Jesus, Quadrilha, Romeiros na Caminhada de Santa e o Batismo de Evangélicos.

3.4 Clipping de Notícias

O *clipping* de notícias foi realizado no principal sítio de busca da *internet*, o *google*²⁰, a partir de taxonomias definidas com palavras-chave associadas ao Evento e por ordem de relevância²¹. As taxonomias utilizadas foram: I) Santa Cruz do Escalvado E barragem OU barragens OU Samarco OU BHP OU mineradora Vale OU rio Doce OU mineração; II) Santa Cruz do Escalvado E barragem de Fundão.

Para Santa Cruz do Escalvado, a utilização das taxonomias gerou inúmeros resultados, tendo sido necessário, portanto, lançar mão de uma amostra. A tabela a seguir apresenta a compilação das informações presentes nesta pesquisa e a avaliação de impacto na imagem do município.

Tabela 14 Clipping de notícias - Santa Cruz do Escalvado

Título	Data de publicação	Veículo	Link de acesso	Abrangência	Impacto
MP entra com ação para recuperar cidades atingidas por barragem	02/02/16	G1	goo.gl/TzCko3	Nacional	Negativo
Regência avalia ações de recuperação do Rio Doce	02/12/16	Tamar	goo.gl/kt0VKU	Nacional	Neutro

²⁰ goo.gl/46bXSx

²¹ O período de realização do clipping está compreendido entre a data do rompimento da barragem, 05/11/2015, e 11/01/2016.

Samarco deve construir nova barragem de contenção	16/04/16	Diário do Comércio	goo.gl/1Ji3Xn	Regional	Neutro
Vale, BHP e Samarco fecham acordo com Ministério Público Federal	19/01/17	Valor	goo.gl/EFTwVW	Nacional	Neutro

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

A primeira notícia, vinculada no portal G1, informa sobre ação ajuizada pelo Ministério Público contra a Samarco, Vale e BHP, que tinha como objetivo solicitar indenização para as vítimas de Barra Longa, Rio Doce e Santa Cruz do Escavaldo. A matéria faz menção à Usina Hidrelétrica Risoleta Neves, “fundamental para a economia de Santa Cruz do Escavaldo”, que em decorrência do rompimento da barragem foi desativada

O sítio do Projeto Tamar, por sua vez, divulgou uma mostra de filmes realizada em Regência entre representantes do Instituto Chico Mendes e a Fundação Renova. A matéria recorda a drenagem que está sendo feita na Usina Hidrelétrica de Risoleta Neves em Santa Cruz do Escavaldo e as ações realizadas pela empresa para minimizar os impactos ocasionados pelo Evento.

Já a matéria “Samarco deve construir nova barragem de contenção” informa os resultados obtidos pelo Ibama após a realização de uma vistoria na área situada entre Fundão, Mariana e a Usina Hidrelétrica Risoleta Neves. O Ibama não descarta a importância da construção de uma nova barragem. No entanto, destaca-se o temor com relação ao risco de rompimento da Hidrelétrica caso não sejam tomadas providências.

Outra matéria, divulgada no sítio Valor Econômico, menciona o acordo realizado entre a Samarco e suas acionistas, prevendo a revisão de programas “de remediação social e ambiental” por parte de peritos do MPF. Ao lado dos governos estadual e federal, segundo a notícia, serão realizados avaliações e monitoramentos contínuos dessas ações. Santa Cruz do Escavaldo aparece listada junto a outros municípios que fazem parte do acordo que libera R\$ 200 milhões para execução de programas de reparação nos municípios atingidos.

Nesse sentido, deve-se considerar a fundamentação do conteúdo crítico destas notícias, que enfatizam os problemas a Hidrelétrica de Risoleta Neves, em Santa Cruz do Escavaldo, e os problemas ligados à poluição do rio Doce. Dessas matérias, duas são de abrangência nacional e duas de abrangência regional. De modo geral, portanto, observa-se que as menções ao município não são específicas ou aprofundadas.

A imagem a seguir se refere à nuvem de termos²² resultante do conjunto de matérias descritas e analisadas. Nela, pode-se observar que alguns dos termos mais presentes são “rio Doce”, “Samarco”, “Fundação” e “Vale”. É interessante destacar que a alta frequência do termo “impacto” e “comunidade” se coaduna com a análise acima realizada, que enfatiza a relevância dos problemas ligados à Hidrelétrica de Risoleta Neves em Santa Cruz do Escavaldo. De maneira geral, não foram encontrados termos negativos que impactariam diretamente na imagem do município.



Figura 27 Nuvem de termos referente ao clipping de Santa Cruz do Escavaldo

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

22 Ferramenta disponível no [sítio goo.gl/IGroPL](http://goo.gl/IGroPL).

3.5 Textos Acadêmicos

Outro mecanismo de mensuração do impacto negativo sobre a imagem de Santa Cruz do Escavado é a análise da produção acadêmica. Para tanto, estabeleceu-se um recorte amostral a partir do qual foram pesquisadas menções ao município. Tal recorte se concentra na plataforma Rio Doce Vivo²³, um acervo digital colaborativo voltado especificamente para temas relativos ao rompimento da barragem de Fundão, em 2015. A opção se deve à data de sua implementação, 04/11/2016, permitindo o contato com produções não só relevantes, mas recentes. Além disso, sendo a Conectas²⁴ e a Onda Política²⁵ as responsáveis pela elaboração da plataforma, presume-se a qualidade de seu conteúdo, uma vez que ambas são ONGs²⁶ com destacada legitimidade e alcance internacionais. No repositório, a produção científica é relacionada na Coleção Academia²⁷, que conta com artigos, experimentos, relatórios e bases de dados.

Tabela 15 Textos Acadêmicos - Santa Cruz do Escavado

Município de Belo Oriente		
Coleção Academia	Link de acesso	Menção
UFJF & UFMG A Tragédia do Rio Doce - a Lama, o Povo e a Água	goo.gl/sximc2	Sim
POEMAS Antes fosse mais leve a carga	goo.gl/1TTPL2	Sim

23 goo.gl/hBGDKp

24 goo.gl/BcEHVc

25 goo.gl/x1VYhC

26 Organização Não Governamental

27 Atualizada em 04/11/2016. Ver goo.gl/LPOqWr

POEMAS Desastre da Samarco/Vale/BHP no Vale do Rio Doce	goo.gl/pITJEn	Não
POEMAS Considerações sobre o Termo de Transação e de Ajustamento	goo.gl/jTkhRX	Não
ORGANON Impactos socioambientais no Espírito Santo	goo.gl/t9TRE2	Não
POEMAS Pedras de sangue e choro maculam a vertente	goo.gl/1p3qra	Não
UFES Resultados Parciais das Análises Realizadas em Amostras	goo.gl/M7Mwqb	Não
CESÁR GARAVITO (ORG.) Human Rights in minefields	goo.gl/4oN12m	Não

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

Na tabela acima é possível observar que o município de Santa Cruz do Escavaldo foi mencionado em duas das publicações do recorte. Em “A tragédia do Rio Doce - A Lama, o povo e a água”²⁸ o estudo foi realizado por pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais com a Universidade Federal de Juiz de Fora. O documento dedica uma sessão ao município de Santa Cruz do Escavaldo e aborda como os rejeitos da barragem alcançaram o rio Doce no limite de Ipatinga e Caratinga. Relata que em conversas com moradores da região constatou-se despreocupação com o rompimento da barragem e que não houve mudanças no cotidiano da população em função do Evento. Ratifica ainda, que a zona rural do município foi fortemente afetada e das divergências entre pessoas que se cadastraram como pescadores locais para receberem benefícios do governo. O documento lançou mão do recurso imagético ao longo da investigação, o que reforça o conteúdo junto ao leitor. O conteúdo desse trabalho acarreta um impacto negativo na imagem do município.

28 goo.gl/sximc2

Em “PoEMAS²⁹ / Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG) – relatório final”³⁰, de dezembro de 2015, as informações sobre o evento são mobilizadas para refletir a respeito da atividade mineradora no Brasil³¹.

O estudo foi elaborado por pesquisadores da Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro e Universidade Estadual de Goiás³². No documento, observa-se que a primeira menção a Santa Cruz do Escalvado se trata de uma listagem³³. Nela, descreve-se a relação de municípios para os quais se decretou estado de emergência ou calamidade pública à época do evento. Em outra menção, pontuam-se as divergências existentes entre os pareceres institucionais quanto à presença de rejeitos na água do rio Doce³⁴.

29 Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade.

30 PoEMAS. Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG). Mimeo. 2015.

31 Os esforços empreendidos pelo grupo de pesquisa resultaram em um livro, de mesmo nome do relatório final, lançado em 05/11/2016, um ano após o evento. Ver: goo.gl/1soM41 Copy short U

32 goo.gl/Ry1Shs Copy short URL

33 Página 55.

34 Página 62.



Síntese

4 Síntese - Potencialidades e Fragilidades Observadas

4.1 Turismo

Naquilo que se refere à gestão institucional do turístico, considera-se o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), O Plano Municipal de Turismo (PMT), o Fomento da atividade turística (FUMTUR) e o ICMS Turístico como os principais instrumentos para o desenvolvimento do setor no município. Dentro desse contexto, verifica-se que em Santa Cruz do Escalvado o sistema de turismo não está consolidado de acordo com as diretrizes nacionais, ainda que o gestor público entrevistado tenha informado que tal setor é muito importante para o município. Destaca-se que a gestão pública municipal ainda não se estruturou para consolidar seu Sistema de Turismo, havendo fragilidade em relação ao seu diálogo com a sociedade civil, ou seja, as decisões relacionadas ao setor ainda não são participativas.

Sendo assim, observa-se que as potencialidades apresentadas para o setor de turismo em Santa Cruz do Escalvado são: a Pedra do Escalvado, a Cachoeira Alta e as fazendas antigas. Estas podem ser exploradas para o desenvolvimento do turismo, sendo os principais pontos turísticos do município são: a Represa de Candonga, a chalana, a Pedra do Escalvado e o rio Doce. Ademais, afirma-se que a característica marcante do turismo no município são os segmentos de aventura e lazer.

Já as principais fragilidades diagnosticadas são a acessibilidade aos pontos turísticos, dificultada pela condição das estradas de terra, e a incipiente relação entre o poder público e a iniciativa privada. Santa Cruz do Escalvado carece, ainda, de investimentos, sendo a população local pouco sensibilizada e mobilizada para o turismo. Além disso, nota-se que a infraestrutura de equipamentos e receptivo no município (tais como hotéis, restaurantes e bancos) é deficiente.

Logo, diagnostica-se que, embora seja importante, o turismo ainda é incipiente no município, estando ausentes estruturas básicas organizacionais a serem desenvolvidas para o fomento da atividade.

4.2 Cultura

Em linhas gerais, é possível afirmar que a política cultural em Santa Cruz do Escalvado não se encontra estruturada, havendo apenas ações e incentivos isolados. O município não tem Sistema Municipal de Cultura implantado com todos os componentes, ainda que já tenha aderido ao SNC. É fundamental, nesse sentido, avançar na implementação do SMC, incluindo a elaboração do Plano Municipal de Cultura e a implantação do sistema de incentivo e financiamento público à cultura.

Do ponto de vista dos recursos para a cultura, observa-se que o município aplica parte importante de seu orçamento no fomento direto. Entretanto, percebe-se que existe um grande foco na realização de eventos de massa, que consomem a maior parte dos recursos. Constata-se, também, que o município vem ampliando sua participação e pontuação junto ao ICMS Patrimônio Cultural, o que significa ampliar recursos para investimento nas políticas de cultura e de patrimônio na localidade.

Por fim, é fundamental destacar a necessidade de se investir na formação artística e cultural, no desenvolvimento de novos grupos e talentos locais, na realização de ações de formação de público e na diversificação da oferta de atividades culturais no município, de forma a incrementar e fortalecer a ação cultural local, garantindo a democratização da cultura para a população santa-cruzense.

Dentre os potenciais de desenvolvimento da cultura em Santa Cruz do Escalvado, destacam-se suas heranças de base histórica rural, impressas na conformação do território de ocupação rarefeita e na arquitetura das sedes de fazendas antigas, em uma paisagem natural de grande expressão cênica.

4.3 Esporte e Lazer

Santa Cruz do Escalvado apresenta frágil estrutura de gestão de esporte e lazer. Durante o levantamento de campo, verificou-se que o órgão incumbido de gerir a política de esporte e lazer no município acumula entre as suas funções a gestão de outras políticas setoriais.

A representante municipal entrevistada informou ainda que existe uma dotação orçamentária específica destinada à promoção, fomento e ao apoio ao Esporte e Lazer, porém, ela não soube especificar o percentual destinado a este setor.

O Conselho Municipal de Esportes e Lazer, que tem grande importância na organização e melhoria da gestão pública local, não foi criado, impedindo, por conseguinte, a participação do município em programas que proporcionariam uma melhoria na sua arrecadação financeira, tais como o do ICMS Solidário – Critério Esportivo.

Além disso, a falta de informações seguras quanto à existência de Fundo Municipal de Esportes, Plano Municipal de Esportes e de qualquer legislação que apoie e incentive uma política esportiva e de lazer municipal, embasa a fragilidade da gestão desses setores.

Quanto à adesão em ações promovidas pela Secretaria de Estado de Esportes, foi registrado que Santa Cruz do Escalvado tem participação em nos Jogos Escolares de Minas Gerais.

A representante municipal reconhece a importância do esporte para Santa Cruz do Escalvado, tendo em vista sua capacidade de proporcionar lazer e educação para as pessoas. Ela entende que o município tem grande potencial para participar do Campeonato Regional do Açúcar, ressaltando, contudo, a falta de interesse do poder público como a principal fragilidade para o desenvolvimento do setor na localidade.

A entrevistada afirmou, ainda, que o lazer é muito importante para o desenvolvimento social e econômico do município. Porém, a gestora não soube apontar as potencialidades do setor, informando que em Santa Cruz do Escalvado há poucas opções para a comunidade.

Ainda de acordo com a entrevistada, as ações prioritárias que podem ser desenvolvidas no município para a promoção do desenvolvimento local nos setores de esporte e lazer é o investimento na infraestrutura do campo de futebol.

Ademais, verificou-se que a estruturação institucional do município para o planejamento e a gestão participativa da política de esporte e lazer, bem como a qualificação profissional dos agentes públicos e a ampliação dos investimentos, são medidas necessárias para a elevação da qualidade de vida da população.



Avaliação de impactos

5 Avaliação de Impactos

5.1 Metodologia

Embora se baseie nos princípios e normativas estabelecidos para processos de avaliação de impactos para a realização da Avaliação de Impactos procedida no âmbito deste estudo, optou-se pela criação de procedimentos específicos, adequados à identificação e cotejamento de diversos aspectos relacionados às dimensões do turismo, cultura, esporte e lazer, impactados pelo Evento nos 32 municípios e em localidades e/ou segmentos populacionais neles existentes.

Em síntese, o processo de AIA ora proposto possui as seguintes etapas:

- Identificação dos impactos ambientais do Evento por município/localidade (preenchimento da matriz de identificação dos impactos);
- Classificação dos impactos;
- Identificação de medidas mitigadoras ou potencializadoras dos impactos (negativos e positivos, respectivamente) já tomadas e/ou em andamento pela empresa (ou Fundação Renova), proposição de novas medidas e ou readequações e reavaliação da magnitude e importância dos impactos (considerando as medidas mitigadoras ou potencializadoras);
- Descrição geral dos impactos ambientais;
- Avaliação dos impactos após a realização das medidas propostas pela equipe ou já em execução pela empresa.

O primeiro passo consistiu, portanto, na elaboração de uma listagem prévia de impactos identificados (método Listagem de Verificação ou *Check-list*), como ponto de partida para a análise e discussão interdisciplinar do rol de impactos ambientais, conforme Procedimentos empregados na Avaliação de Impacto.

Os resultados deste trabalho foram compartilhados entre todos com vistas a proporcionar maior interação entre os técnicos das diferentes áreas envolvidas no estudo, a fim de

contemplar todas as características e especificidades decorridas do Evento. As revisões realizadas na identificação destes impactos são apresentadas na Tabela 16 Tabela 16.

Tabela 16 Lista inicial de impactos advindos do rompimento da barragem de Fundão

Componente Ambiental	Impactos identificados
Turismo	Efeito Negativo e repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento
	Impacto direto sobre atrativos turísticos
	Impactos diretos sobre equipamentos e estruturas de turismo
	Impacto econômico no setor turístico
	Impacto no Fluxo Turístico para o Município
	Impacto ambiental e na paisagem
	Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva
Cultura	Perda e/ou Comprometimento de bens imóveis
	Perda e/ou Comprometimento de Patrimônios Culturais Imateriais
	Perda ou comprometimento de bens móveis
	Perda ou comprometimento de locais de importância cultural
	Alteração de Costumes Culturais
	Alteração na Agenda Cultural
Esporte	Perda e/ou Comprometimento de Recursos Naturais e/ou Equipamentos Sociais voltados a Práticas Esportivas
	Alteração do Calendário Esportivo
	Alteração de atividades de entidades esportivas
	Alteração de investimento financeiro em atividades esportivas

	Alteração em Programas e Políticas Públicas ou Privadas de Incentivo ao Esporte
Lazer	Perda e/ou Comprometimento de Espaços de Sociabilização
	Alteração do Cotidiano Comunitário

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A etapa seguinte é a denominada Classificação dos Impactos, que consiste na categorização de cada impacto segundo seus atributos individuais, a saber:

- Efeito: Indica a natureza do impacto analisado, se positivo ou negativo;
- Origem: Indica se o impacto está diretamente associado ao Evento ou se está relacionado indiretamente (impacto de 2ª ordem);
- Duração: Refere-se ao tempo necessário para a recomposição das condições originárias ou melhores do que as existentes antes do impacto ocorrer;
- Abrangência: Está relacionada com a área de ocorrência do impacto analisado. Também pode ser chamada de magnitude;
- Severidade: É a análise da gravidade do impacto decorrido em função do Evento. No caso deste estudo, a severidade foi mensurada de maneira específica para cada impacto de cada um dos setores analisados ou objetos do trabalho.

Essa classificação é realizada por meio do preenchimento de uma matriz de avaliação de impactos, conforme apresentada a seguir:

Tabela 17 Modelo planilha de Identificação dos impactos ambientais

Impactos identificados	Avaliação da magnitude e importância dos impactos, com e sem medidas mitigadoras / potencializadoras										
	Avaliação anterior à implantação de ações de mitigação						Avaliação posterior à implantação de ações de mitigação				
	Descrição do Impacto	Efeito	Origem	Duração	Magnitude	Severidade	Significância	Medidas mitigadoras / potencializadoras	Magnitude	Severidade	Significância
Repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento											
Impacto sobre atrativos turísticos											
Impactos sobre equipamentos e estruturas de turismo											
Impacto econômico no setor turístico											
Impacto no Fluxo Turístico para o Município											
Impacto ambiental e na paisagem											
Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva											

Impacto sobre Bens Imóveis											
Impacto sobre Bens Culturais Imateriais											
Impacto sobre Bens Móveis											
Impacto sobre locais espaços e equipamentos de importância cultural											
Alteração de Costumes Locais											
Alteração na Agenda Cultural											
Impacto sobre Recursos Naturais e/ou Equipamentos Sociais voltados a Práticas Esportivas											
Alteração do Calendário Esportivo											
Alteração de atividades de entidades esportivas											
Alteração de investimento financeiro em atividades esportivas											
Alteração em Programas e Políticas Públicas ou Privadas de Incentivo ao Esporte											
Impacto sobre Espaços de Sociabilização											
Alteração do Cotidiano Comunitário relativo ao lazer											

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A etapa seguinte consistiu na construção de um índice de ponderação para os itens (c), (d) e (e), com uma numeração que varia de 1 a 4, como forma de auxiliar o processo de dimensionamento desses impactos. Tanto a descrição de cada item da classificação quanto sua nota de ponderação são apresentados no Tópico seguinte “Definições e Conceitos”.

A atribuição de valores a estes três aspectos dos impactos poderá ser percebida por meio da análise do Gráfico Radar, utilizado como artifício para possibilitar a melhor visualização do alcance dos impactos. A ponderação é crescente do centro aos vértices do Gráfico Radar e cada vértice do triângulo indica um atributo de classificação do impacto (Cardoso, 2014).

Não há ponderações com valor zero, essa região no gráfico indica apenas o centro do triângulo e o ponto de partida para valoração das classificações do impacto analisado.

A Figura 28 apresenta o Gráfico Radar, sem ponderação, para fins de entendimento da distribuição dos valores.



Figura 28 Modelo de Gráfico de Radar

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Para facilitar a diferenciação entre os impactos positivos e negativos, foram adotadas colorações distintas entre os gráficos, utilizando-se as cores vermelha (impactos negativos) e verde (impactos positivos), como apresentado na figura abaixo:

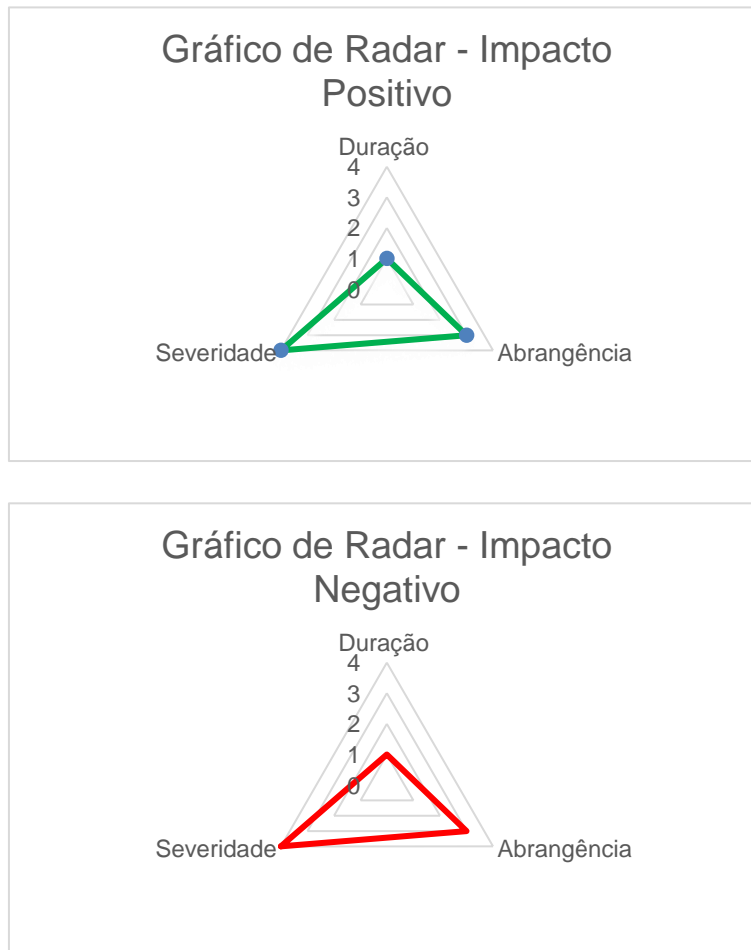


Figura 29 Exemplos de gráficos de radar de impactos positivos e negativos

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A Avaliação de Significância do impacto ambiental é a última etapa do processo de Ponderação dos Impactos e a referência mais importante do trabalho, e normalmente a que gera maiores questionamentos se for determinada de forma subjetiva, sem critérios

claros. A significância indica a relevância do impacto e do indicador ambiental e serve para determinar o foco e os pontos de atenção para os impactos mais críticos. Isso possibilita o melhor planejamento ambiental das atividades e o direcionamento das medidas de controle ambiental do empreendimento.

Neste trabalho, a significância do impacto será definida a partir do cruzamento da avaliação da magnitude e da relevância do impacto, dentro das escalas construídas, e classifica-se em pouco significativo, significativo, muito significativo e crítico. A Figura 30 exemplifica a classificação Significância dos impactos:

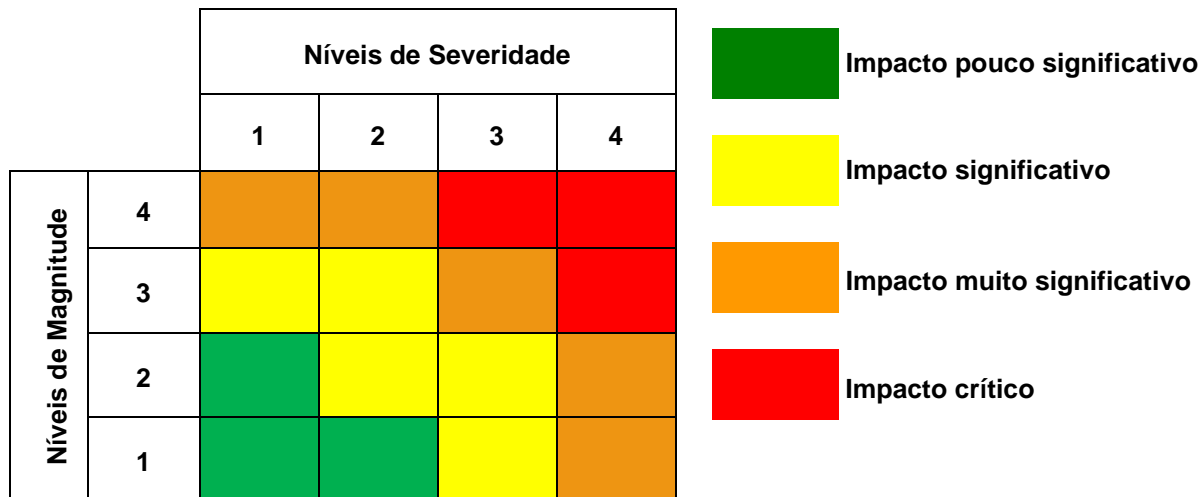


Figura 30 Classificação da Significância de Impactos

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A etapa seguinte é a avaliação das medidas de mitigação em andamento, proposição de readequações e de novas medidas e realização de uma nova avaliação, após a conclusão dessas ações.

Considerando o prazo decorrido desde o Evento é de se esperar que várias ações de recomposição, mitigação e compensação de impactos tenham sido realizadas pela empresa.

Por essa razão, as situações e cenários encontrados em campo possivelmente já correspondem às suas condições originais, seja pela ação do tempo e/ou pela implementação de ações de mitigação, minimização ou compensação do impacto. Essas ações deverão ser avaliadas e seus resultados mensurados.

Os procedimentos de levantamento de dados em campo – observações, registros fotográficos, realização de entrevistas – foram concebidos na perspectiva da identificação e comparação do impacto com e sem a realização das atividades de reparação ou compensação, a fim de subsidiar a avaliação das mesmas, bem como a apreciação daquilo que é necessário ainda ser realizado. Os aspectos propostos para nortear essa avaliação, integrantes da matriz de impacto, são os que se apresentam a seguir.

Por fim, tem-se as duas últimas etapas do processo de Avaliação de Impacto, que consistem na descrição geral dos impactos ambientais segundo os temas em estudo e na avaliação dos impactos após a realização das medidas propostas pela equipe ou já em execução pela empresa.

5.1.1 Definições e Conceitos

5.1.1.1 Efeito

- a) Impactos positivos (**IP**) são aqueles que resultam na melhoria de um ou mais indicadores ambientais (parâmetros de qualidade ambiental, processos ou funções socioambientais).
- b) Impactos negativos (**IN**) resultam em um prejuízo da qualidade de um ou mais indicadores ambientais (parâmetros de qualidade ambiental, processos ou funções socioambientais).

5.1.1.2 Origem dos Impactos

Os impactos decorrentes do Evento podem ser divididos como de origem direta e indireta.

- a) Impactos diretos (**ID**) são aqueles cujo efeito é percebido diretamente como resultado da atividade do empreendimento prevista. Também chamado de impacto de 1ª ordem;
- b) Impactos indiretos (**II**) resultam como efeito secundário da atividade do empreendimento, podendo ainda ser descritos como aqueles impactos não iniciais que fazem parte de uma cadeia de reações / impactos deflagrados a partir de uma atividade do empreendimento.

5.1.1.3 Abrangência dos Impactos (Magnitude)

As consequências do rompimento da barragem de Fundão, trouxeram impactos de diferentes naturezas, magnitudes e extensões sobre a cultura, esporte, lazer e turismo. De maneira geral, pode-se dizer, com relação à abrangência, que os impactos podem ser sentidos nos seguintes níveis:

- a) Impactos nas áreas localizadas às margens dos cursos d'água afetados (**IL**) (1) – se referem a impactos diretos sobre bens, estruturas e serviços. Este impacto pode ser tanto de ordem física (afetação direta pela lama) ou não (algum tipo de consequência direta da alteração da qualidade da água). Não é possível estabelecer uma área física de abrangência, tendo em vista que a lama afetou de maneiras bastante diferenciadas as margens dos rios;
- b) Impactos sobre comunidades (**IC**) (2) – Comunidades rurais ou sede municipais localizadas próximas aos cursos d'água que tenham sido impactadas direta ou indiretamente pelo Evento;
- c) Impactos sobre municípios (**IM**) (3) – Neste nível de abrangência são considerados os municípios em termos de unidade de planejamento e administração;
- d) Impactos regionais ou em nível nacional ou internacional (**IR**) (4) – Utilizado para aqueles impactos que ultrapassam os limites municipais, atingindo toda a região – podendo ser a região de planejamento ou circuitos turísticos em que o município, eventualmente, esteja inserido.

5.1.1.4 Duração dos Impactos

A complexidade das consequências de um Evento como o de estudo apontam para:

- a) Impactos de recomposição em curto prazo (**ICP**) (1) são aqueles passíveis de serem mitigados em até 2 anos desde a ocorrência do Evento;
 - b) Impactos a médio prazo (**IMP**) (2) são aqueles cuja mitigação ou recomposição até a situação de origem se dará em até 5 anos;
 - c) Impactos a longo prazo (**ILP**) (3) são aqueles cuja mitigação ou recomposição até a situação de origem se dará em período superior a 5 anos;
- Impactos não remediáveis (**INR**) (4) são aqueles não passíveis de recomposição ou mitigação.

5.1.1.5 Severidade dos Impactos

A severidade dos impactos foi definida de acordo com cada um dos temas estudados neste trabalho e de forma específica para o impacto identificado, como forma de se precisar ao máximo as características de tais consequências.

5.1.1.5.1 Turismo

Impacto: Repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento no âmbito regional, nacional e internacional;
- b) Médio (2) – Pequeno grau de abundância. Com baixo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento;
- c) Médio-alto (3) – Elevado grau de produção. Com expressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento;
- d) Alto (4) – Abundante. Com expressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento.



Impacto: Impacto sobre atrativos turísticos.

- a) Baixo (1) – Baixo nível de interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Sem interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- b) Médio (2) – Interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Sem interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- c) Médio-alto (3) – Interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Interrupção parcial de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- d) Alto (4) – Impossibilidade de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo.

Impacto: Impactos sobre equipamentos e estrutura do turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os serviços e equipamentos turísticos e a infraestrutura para receptivo no local ou no entorno, bem como os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os serviços e equipamentos turísticos e a infraestrutura para receptivo no local ou no entorno, bem como os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou parte expressiva dos serviços e equipamentos turísticos, da infraestrutura para receptivo ou dos meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os serviços e equipamentos turísticos, a infraestrutura básica para receptivo no entorno ou os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo.

Impacto: Impacto econômico no setor do turismo.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;
- b) Médio (2) – Impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;



- c) Médio-alto (3) – Elevado nível de impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;
- d) Alto (4) – Alteração drástica sobre as questões turísticas sob o viés econômico.

Impacto: Impacto no fluxo turístico para a região

- a) Baixo (1) – Houve impacto inexpressivo em relação ao fluxo de visitantes;
- b) Médio (2) – Houve alteração no fluxo de visitantes;
- c) Médio-alto (3) – Elevada alteração no fluxo de visitantes;
- d) Alto (4) – Alteração drástica no fluxo de visitantes.

Impacto: Impacto ambiental e na paisagem

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva o ambiente e paisagem turística;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente o ambiente e a paisagem;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou o ambiente e paisagem;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a paisagem.

Impacto: Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações.



Impacto: Impacto sobre elementos de sinalização.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva a sinalização turística do bem;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente a sinalização turística do bem;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente a sinalização turística do bem;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a sinalização turística do bem.

Impacto: Impacto sobre pessoal ligado ao turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva o pessoal ligado ao turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente o pessoal ligado ao turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente o pessoal ligado ao turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente o pessoal ligado ao turismo.

Impacto: Impacto sobre fornecedores ligados ao turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva fornecedores ligados ao turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente fornecedores ligados ao turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente fornecedores ligados ao turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente fornecedores ligados ao turismo.

Impacto: Impacto sobre a cadeia do turismo local.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva a cadeia do turismo local;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente a cadeia do turismo local;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente a cadeia do turismo local;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a cadeia do turismo local.

Impacto: Impacto nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;



- b) Médio (2) – Alteração parcial nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;
- d) Alto (4) – Alteração completa nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos.

5.1.1.5.2 Cultura

Impacto: Direto ou indireto sobre bens culturais imóveis.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre o bem;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de degradação e/ou comprometimento do bem;
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio grau de degradação e ou não comprometimento do bem. Ou impacto indireto associado a impactos diretos a outros bens;
- d) Alto (4) – Impacto direto com elevado grau de degradação e ou comprometimento do bem.

Impacto: Impacto direto ou indireto sobre bens culturais móveis (imagens, esculturas, pinturas, partituras, publicações, fotografias, etc).

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre o bem;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de degradação e/ou comprometimento do bem. Ou impacto indireto associado a impactos diretos a outros bens;
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio grau de degradação e ou não comprometimento do bem;
- d) Alto (4) – Impacto direto com elevado grau de degradação e ou comprometimento do bem.

Impacto: Impacto sobre o calendário cultural do município.

- a) Baixo (1) – Inexpressiva ou nenhuma alteração no calendário cultural;



- b) Médio (2) – Poucas alterações no calendário cultural (até 30% do previsto ou do usual);
- c) Médio-alto (3) – Expressivas alterações no calendário cultural (de 31% a 70% do usual);
- d) Alto (4) – Severas alterações (mais de 70% do usual) ou suspensão do calendário cultural de 2016.

Impacto: Impacto sobre costumes, modos de vida e tradições locais (práticas sociais).

- a) Baixo (1) – Inexpressiva ou nenhuma alteração das práticas sociais cotidianas;
- b) Médio (2) – Poucas modificações das práticas sociais cotidianas;
- c) Médio-alto (3) – Significativas modificações das práticas sociais cotidianas;
- d) Alto (4) – Modificações radicais das práticas sociais cotidianas.

Impactos: Impactos sobre espaços e equipamentos de importância cultural.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os espaços e equipamentos culturais;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os espaços e equipamentos culturais;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou grande parte dos espaços e equipamentos culturais;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os espaços e equipamentos culturais.

Impactos: Impactos sobre atividades realizadas nos cursos d'água e imediações (lavadeiras, banho, mergulho, pesca de lazer, rituais religiosos e/ou sociais e outras atividades, exceto pesca esportiva).

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre as atividades;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de afetação ou de comprometimento das atividades. Ou impacto indireto associado a outros impactos;
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio risco de afetação ou de comprometimento das atividades;
- d) Alto (4) – Impacto direto, com elevado risco de desaparecimento e/ou comprometimento das atividades.



Impacto: Impacto sobre investimentos privados no incentivo à cultura.

- a) Baixo (1) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente os projetos culturais de baixo custo que já existiam;
- b) Médio (2) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente projetos culturais de baixo custo financeiro;
- c) Médio-alto (3) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente os projetos culturais que já existiam;
- d) Alto (4) – Após o Evento as empresas privadas optaram por não apoiar projetos aprovados por leis de incentivo à cultura.

Impacto: Ocorrência de intervenções antrópicas.

- a) Baixo (1) – Pouca ou nenhuma intervenção realizada ou perspectiva de recuperação das condições de funcionamento;
- b) Médio (2) – Intervenção realizada com perspectiva de médio prazo para recuperação das condições de funcionamento;
- c) Médio-alto (3) – Intervenção realizada com perspectiva de curto prazo para recuperação das condições de funcionamento;
- d) Alto (4) – Intervenção realizada com recuperação das condições de funcionamento.

5.1.1.5.3 Esporte e Atividades de Lazer

Impacto: Perda e/ou comprometimento dos recursos naturais voltados às práticas esportivas.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local.



Impacto: Perda e/ou Comprometimento dos Equipamentos e Estruturas voltados a práticas esportivas.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os equipamentos e estruturas esportivas;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os equipamentos e estruturas esportivas;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente os equipamentos e estruturas esportivas;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os equipamentos e estruturas esportivas.

Impacto: Alteração do calendário esportivo do município (ser sede de eventos e/ou participação em outros municípios).

- a) Baixo (1) – Redução inexpressiva da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- b) Médio (2) – Redução parcial da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- c) Médio-alto (3) – Redução expressiva da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- d) Alto (4) – Não é possível realizar quaisquer eventos esportivos dos que eram realizados no município e não há condições de participar de eventos esportivos que ocorrem em outros municípios.

Impacto: Alteração de atividades de entidades esportivas.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nas atividades de entidades esportivas com adaptação das atividades desenvolvidas;
- b) Médio (2) – Alteração parcial das atividades de entidades esportivas;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva das atividades de entidades esportivas;
- d) Alto (4) – Alteração completa das atividades de entidades esportivas.

Impacto: Alteração no investimento financeiro do setor público em programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas, sendo necessário alterar e/ou finalizar alguns programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer;
- b) Médio (2) – Alteração parcial no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas, sendo necessário alterar e/ou finalizar a metade dos programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas e/ou lazer;
- d) Alto (4) – Alteração completa no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas e/ou de lazer.

Impacto: Alteração de investimento financeiro de empresas privadas no incentivo ao Esporte

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva na captação realizada junto a empresas privadas;
- b) Médio (2) – Alteração parcial na captação realizada junto a empresas privadas;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva na captação realizada junto a empresas privadas;
- d) Alto (4) – Alteração completa na captação realizada junto a empresas privadas.

Impacto: Alteração nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- b) Médio (2) – Alteração parcial nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- d) Alto (4) – Alteração completa nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte.



5.1.1.5.4 Lazer

Impacto: Perda e/ou comprometimento dos espaços e/ou equipamentos de sociabilização e lazer.

- a) Baixo (1) – O Evento alterou de maneira inexpressiva os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- b) Médio (2) – O Evento alterou parcialmente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- c) Médio-alto (3) – O Evento alterou expressivamente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- d) Alto (4) – O Evento alterou completamente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer.

Impacto: Alteração do cotidiano comunitário relativo ao lazer.

- a) Baixo (1) – O Evento alterou de maneira inexpressiva o cotidiano local relativo ao lazer;
- b) Médio (2) – O Evento alterou parcialmente o cotidiano local relativo ao lazer;
- c) Médio-alto (3) – O Evento alterou expressivamente o cotidiano local relativo ao lazer;
- d) Alto (4) – O Evento alterou completamente o cotidiano local relativo ao lazer.

5.2 Resultados

5.2.1 Impacto na Imagem do Município

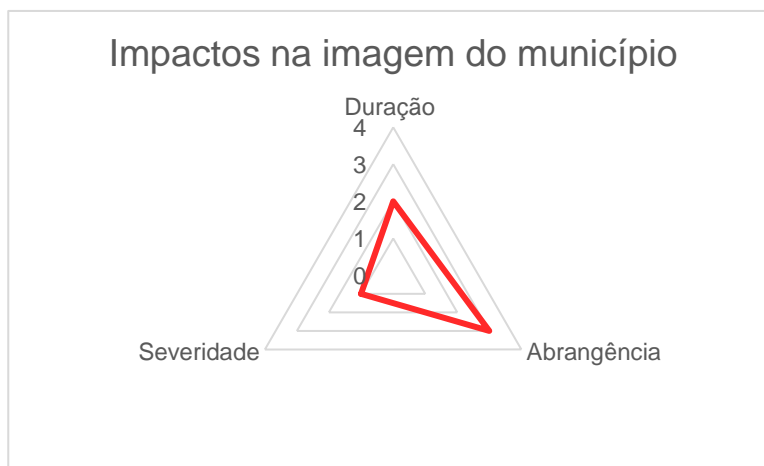
O rompimento da barragem de Fundão, em novembro de 2015, teve ampla repercussão em veículos de comunicação de alcance regional, nacional e internacional. Além das causas do Evento, seus impactos sociais, econômicos e ambientais têm mobilizado também a ciência.

A presente seção objetiva analisar o impacto da produção acadêmica e jornalística na imagem do município de Santa Cruz do Escalvado. Para tanto, foi elaborado um *clipping* de notícias e um recorte amostral de artigos científicos, conforme exposto na seção de Diagnóstico.

Conforme exposto na seção de diagnóstico, os resultados da pesquisa no google com as taxonomias definidas para Santa Cruz do Escalvado geraram matérias, 2 de abrangência nacional e 2 regional. De modo geral, observa-se que as menções ao município não são específicas ou aprofundadas. e dois artigos acadêmicos como resultado. Em tais matérias o nome do município aparece em listagens gerais, sem referências específicas a fatos ou situações que lhe digam respeito exclusivamente. As matérias mencionadas apresentam, em linhas gerais, abordagens marcadas pelo tom negativo do Evento de rompimento da barragem de Fundão, seja em relação aos seus fatores geradores ou às suas consequências.

Considerados os aspectos supramencionados avalia-se que o efeito da repercussão do Evento de rompimento da barragem de Fundão nas mídias e no meio acadêmico sobre a imagem do município é negativo e direto. Além disso, considera-se que ele é abrangência municipal (3), tendo em vista que não há repercussão significativa, de média duração (2), já que seus efeitos deverão ser sentidos por um período de até 5 anos, e de baixa severidade (1).

Gráfico 2 Impactos na imagem do município



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Consideradas as variáveis analisadas conclui-se que este impacto é significativo (2).

5.2.2 Impacto Econômico no Setor de Turismo

- Meios de hospedagem

Conforme exposto no diagnóstico, foram inventariados dois meios de hospedagem em Santa Cruz do Escalvado, um localizado na zona urbana e outro na zona rural. Dentre os dois empreendedores entrevistados, o proprietário do estabelecimento situado no núcleo urbano afirmou ter recebido impactos relacionados ao Evento. Segundo ele, grande parte de seus clientes era composta por praticantes da pesca esportiva amadora e, por consequência, houve diminuição no número de hóspedes e na arrecadação de produtos e serviços relacionados ao atendimento deste público.

- Serviços e equipamentos de alimentos e bebidas

Dentre os nove empreendedores de equipamento de alimentos e bebidas entrevistados, três afirmaram terem recebido impactos em seus estabelecimentos em decorrência do rompimento da barragem de Fundão. O efeito desses impactos foi a diminuição na

arrecadação com a venda de produtos e serviços de turismo. Um desses empreendedores afirmou ainda ter havido diminuição no número de empregos gerados.

Todavia, ao relacionar o impacto causado pelo Evento com a prática de pesca amadora, sete dos nove empreendedores entrevistados afirmaram que seus estabelecimentos foram afetados com a interrupção da atividade de pesca na região. Isso porque os pescadores se constituem em clientes com expressiva participação proporcional na demanda de bens e serviços que comercializam.

- Transportes turísticos

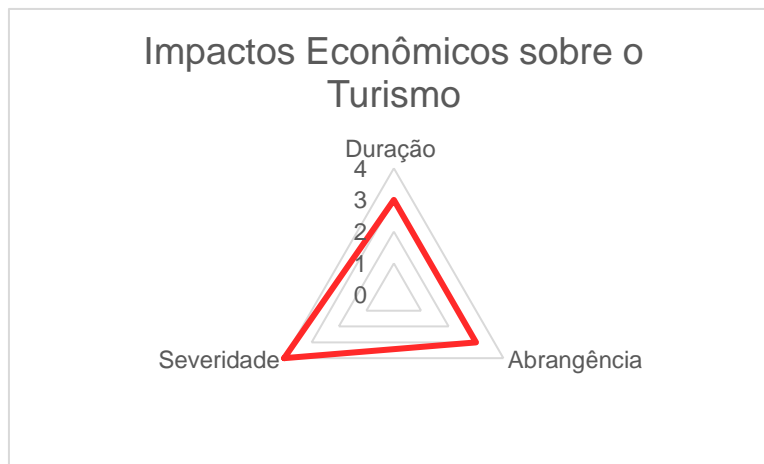
Os serviços de transportes turísticos foram impactados pelo Evento. Esses impactos se traduziram sobretudo na diminuição da demanda dos serviços por pescadores amadores, outros visitantes e moradores em viagens para a Usina de Candonga e o Quiosque do Lago, equipamentos de lazer do município.

Dentre os taxistas entrevistados no município, dois afirmaram a existência de relação entre a prestação de serviços de transportes e a interdição da pesca amadora esportiva. Além disso, um taxista afirmou que, após o Evento, deixou de fazer viagens para a Usina de Candonga e para o Quiosque do Lago. O referido taxista ainda associou o Evento à diminuição de clientes e visitantes e à geração de emprego nesta localidade.

Observa-se, pois, que os impactos econômicos no setor de turismo se manifestaram em diferentes segmentos da cadeia de bens e serviços relacionados aos atrativos turísticos e à pesca amadora esportiva, existente em Santa Cruz do Escalvado.

Trata-se, pois, de um impacto de natureza negativa, diretamente relacionado ao Evento, de abrangência municipal (3) e longa duração (3). Avalia-se a sua severidade como alta (4), em razão da drástica alteração sobre as questões turísticas sob o viés econômico.

Gráfico 3 Impactos econômicos sobre o setor de turismo



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Em função da abrangência e severidade do impacto em tela avalia-se o mesmo como crítico (4).

5.2.3 Impacto sobre Atrativos Turísticos

Dentre os diferentes tipos de impactos decorrentes do Evento sobre o município de Santa Cruz do Escalvado tem-se aqueles que afetam relevantes atrativos turísticos locais - Reservatório da UHE Candonga/Passeio de Chalana no Lago de Candonga; rio Doce; Pedra do Escalvado.

A seguir analisam-se, de modo específico, os impactos sobre esses diferentes atrativos turísticos do município.

- Reservatório da UHE Candonga

A implantação de usinas hidrelétricas costuma gerar diversos impactos. Dentre eles, a formação de reservatórios de água que, por suas características, se transformam em importantes equipamentos turísticos para os municípios que os abrigam. É comum que tais reservatórios ofereçam diversas possibilidades de recreação náutica, embora não

somente, tanto para a população local quanto para turistas atraídos pelo desenvolvimento deste tipo de atividade.

O reservatório da UHE Candonga faz divisa entre os municípios de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado. Assim como no município de Rio Doce, o reservatório da UHE Candonga se constitui em importante atrativo turístico também para Santa Cruz do Escalvado, uma vez que combina beleza cênica com outros atributos que propiciam o desempenho de práticas esportivas e lazer – natação, pesca amadora, contemplação da paisagem, passeio de chalana, dentre outros. Por reunir os diversos atributos ora mencionados, esse atrativo natural era frequentado por moradores do município e também atraía turistas da região, sobretudo pescadores. Face a tais características a UHE Candonga é nesta análise tomada como um território específico, sobre o qual os impactos do Evento incidiram em distintas dimensões.

A seguir apresentam-se imagens que se referem, respectivamente, a períodos anterior e posterior ao Evento. A observação das mesmas possibilita notar diferença substancial nas cores da água do lago. A referida diferença de coloração da água do lago, antes e pós-evento, reflete a acumulação de lama despejada da barragem de Fundão e de outros detritos arrastados ao longo do trecho entre a barragem e o referido reservatório.

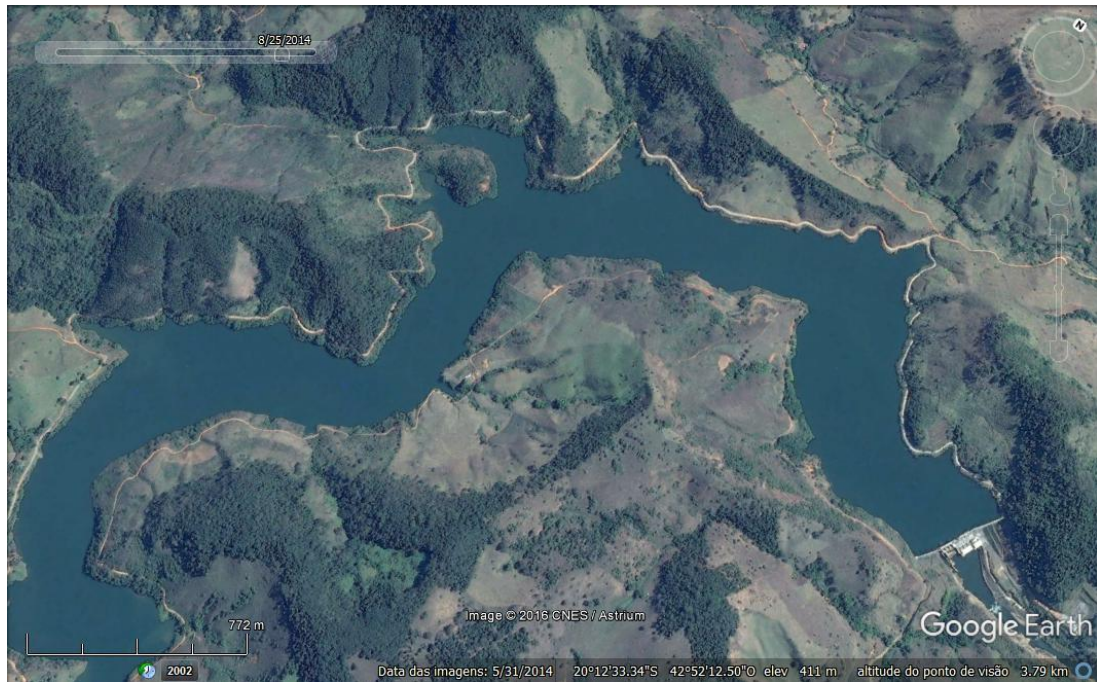


Figura 31 Lago da UHE Risoleta Neves *antes do evento*

Fonte: Google Earth.



Figura 32 Imagens do impacto ambiental no Lago da UHE Risoleta Neves (fotos aéreas datadas de 25/08/2014 e 04/07/2016)

Fonte: Google Earth, 2016

Neste contexto, considera-se que o reservatório recebeu impacto direto em relação à paisagem e beleza cênica. É comum encontrar, entre os entrevistados e nas reportagens jornalísticas identificadas no *clipping*, quem expresse tristeza em função de ver a atual condição dos recursos naturais naquele local.

Os usos do reservatório da UHE Candonga também foram alterados pelos impactos diretos do Evento, notadamente os usos associados ao lazer náutico, tais como: passeios de barco, caiaque, natação e pesca amadora, então interrompidos/proibidos.

Outro costume associado à UHE Candonga, alterado por consequência do Evento, foi a realização do forró do bar do Quiosque, localizado no município de Santa Cruz do Escalvado. O referido Quiosque servia como importante ponto de lazer e encontro das

populações de Santa Cruz do Escalvado e de Rio Doce e teve o seu uso temporariamente interrompido.

Um atrativo turístico de destaque no Complexo da UHE Candonga é o passeio na Chalana denominada Olga. Responsável pela comunicação entre as margens do Lago de Candonga, a referida Chalana também foi diretamente impactada pelo Evento, tendo a sua atividade sido interrompida desde então. Além do impacto sobre o atrativo turístico, foi dificultada, também, a comunicação entre as margens e entre os municípios.

As fotos a seguir possibilitam verificar as alterações físicas ocorridas no local, inviabilizando a continuidade do passeio na Chalana, assim como as demais atividades de lazer e esportivas praticadas no complexo.



Figura 33 Impactos sobre a Chalana do reservatório da UHE Risoleta Neves.

Fonte: <https://www.facebook.com/RIO-DOCE-MG-274334282597527/>

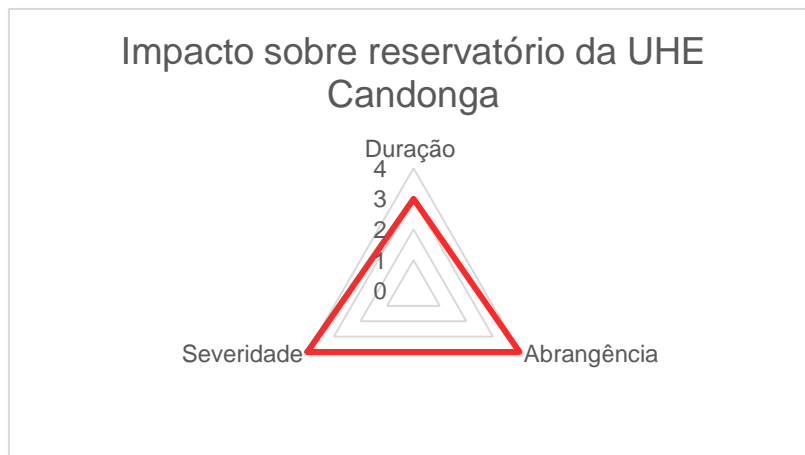


Figura 34 Operação de retirada de rejeitos acumulados no reservatório de Candonga

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Com base no que se expôs acima considera-se o impacto em tela como de natureza negativa; diretamente originado do rompimento da barragem de Fundão; e de longa duração (3), uma vez que a estimativa de tempo para a recuperação da área com seus atributos e atrativos é superior a 5 anos. Analisa-se ainda que este impacto é de abrangência regional (4), considerando que os frequentadores do lago eram oriundos inclusive de outros municípios da região. A severidade do impacto foi considerada alta (4), dada a expressiva alteração da paisagem, a impossibilidade de acesso com segurança e autonomia aos atrativos turísticos da UHE Candonga, para qualquer pessoa após o Evento, além da interrupção do fornecimento de serviços e produtos essenciais para o turismo na região.

Gráfico 4 Avaliação do impacto sobre o reservatório da UHE Candonga/Chalana Olga



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

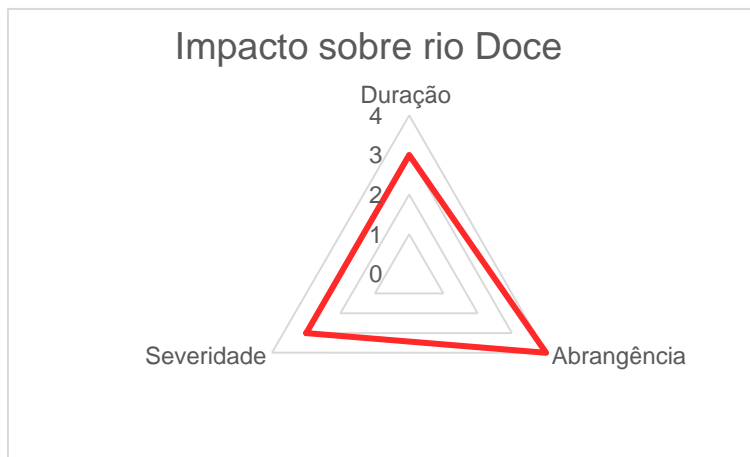
Consideradas as suas características e em conformidade com a metodologia proposta, classifica-se como crítica(4) a significância deste impacto.

- Rio Doce

Um lugar que se configura como atrativo natural em Santa Cruz do Escalvado é o próprio rio Doce. Tal como mencionado no diagnóstico este possui uma riqueza natural e beleza cênica.

A análise das características do lugar e do impacto sobre ele incidente possibilita categorizá-lo como de natureza negativa, de origem direta em relação ao rompimento da barragem, e de longa duração (3), já que a recomposição desses ambientes naturais requererá mais de cinco anos. Com relação à magnitude, considerou-se que o impacto é de abrangência regional (4), uma vez que afeta um atrativo natural de elevada importância turística local, acessado por pessoas da região. Em termos de severidade, este impacto foi avaliado como médio-alto (3), já que o evento afetou o ambiente e a paisagem fruída pela população local e regional.

Gráfico 5 Impactos sobre o rio Doce



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Com estas características este impacto é avaliado como crítico (4).

- Conjunto paisagístico Pedra do Escalvado

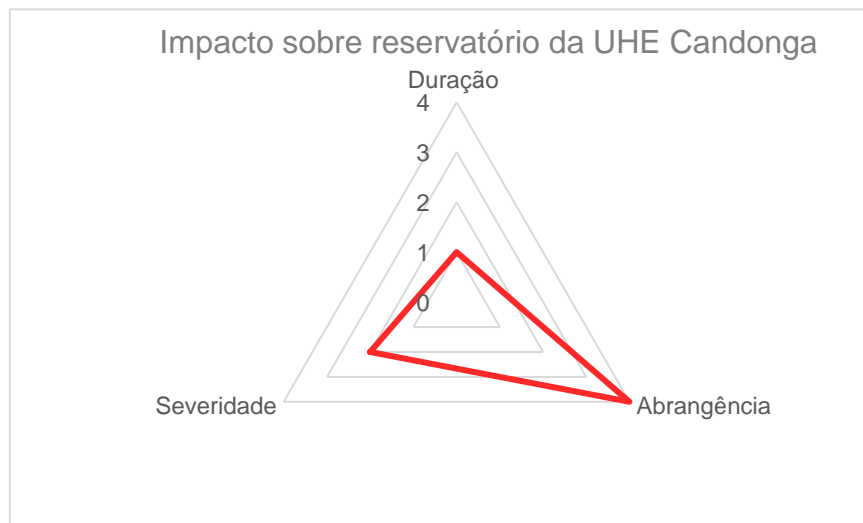
As condições geográficas de determinados territórios podem gerar alguns tipos de atrativos turísticos naturais, tais como os lugares e regiões montanhosas em Minas Gerais. Estes podem oferecer uma base de recursos diversificada para o desenvolvimento de atividades turísticas, atribuindo destaque no cenário dos destinos turísticos do mercado de turismo atual (Borges e Lima, 2006). Tais características podem ser singulares, proporcionando condições ideais à prática de atividades turísticas como montanhismo, trekking, escalada, rapel e arborismo, dentre outros. Esse tipo de atrativo tem sido muito procurado por turistas de diversos lugares, em busca de contato direto com áreas naturais.

A Pedra do Escalvado, como é comumente conhecida, também é considerada um dos principais atrativos turísticos do município, possuindo rara beleza cênica. A Lei Municipal nº 936 de 2014 trata da sua criação, proteção e restrição referente ao atrativo. Trata-se

de uma elevação rochosa que levou o mesmo nome do município e que permite aos moradores e visitantes realizarem caminhadas e trilhas pela região.

Este atrativo foi afetado pelo Evento em razão de seu acesso ter ficado temporariamente interrompido. Tem-se, pois, um impacto de natureza negativa, de origem direta em relação ao rompimento da barragem, e de curta duração (1). Com relação à magnitude, considerou-se que o impacto é de abrangência regional (4), uma vez que afeta um atrativo natural de elevada importância para turistas de toda a região. A severidade deste impacto foi avaliada como média (3), uma vez que o Evento gerou interferência temporária nas condições de acesso ao atrativo turístico, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa.

Gráfico 6 Impacto sobre a Pedra do Escalvado



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Face à severidade e à abrangência do impacto em tela avalia-se o mesmo como muito significativo (3).

5.2.4 Impacto sobre Costumes, Modos de Vida e Tradições Locais

Os levantamentos de dados em campo possibilitaram apurar a ocorrência de impactos sobre costumes e modos de vida em Santa Cruz do Escalvado, sobretudo em comunidades ribeirinhas, em particular das que sobreviviam do rio Doce.

Também no meio urbano, pela proximidade do rio, são dramáticos os sentimentos de pesar pela interrupção e desconstrução das relações simbólicas e afetivas com o rio. Tal pesar é expresso nos relatos sobre a degradação das tradicionais atividades econômicas, dos hábitos de lazer e das relações sociais então desenvolvidas.

Muitos relatos incluem lembranças da Chalana Olga, embarcação que fazia passeios no lago da Usina Hidrelétrica Risoleta Neves até ser destruída pela lama da barragem rompida quilômetros acima.

O gestor público entrevistado se manifestou em entrevista afirmando que o município foi severamente impactado em suas atividades de lazer: “Não temos mais lugar de lazer, não passeamos mais de chalana. Perdemos vidas, empregos, modos de sobreviver, prazeres, costumes. Não tem mais lugar pra nos encontrarmos, beber nossa cerveja, comer nosso peixinho”. Ainda segundo o entrevistado, “tudo o que tinha de lazer, turismo e cultura foi severamente impactado. No quiosque, embarque da Chalana e local de lazer, está sendo usado como apoio nos trabalhos dos funcionários da Samarco, na intervenção de melhoria das águas do rio”.



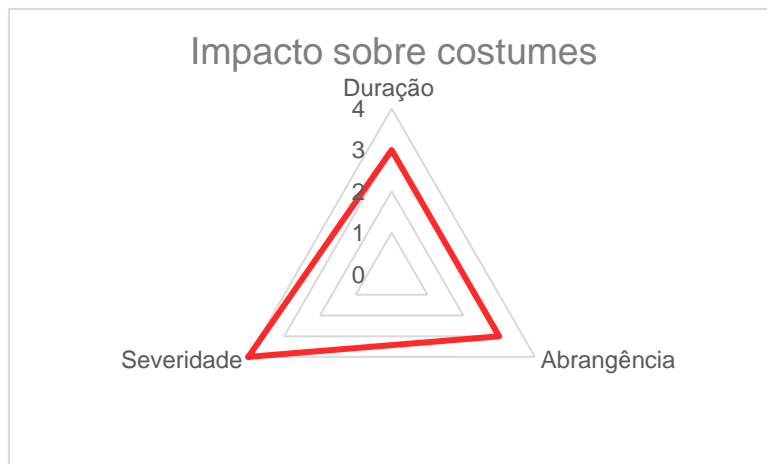
Figura 35 Embarcação Chalana, após o Evento

Fonte: Alexandre Guzanshe/EM/D.A Press³⁵

Com base no que se descreve conclui-se que o relato em tela é de natureza negativa, diretamente decorrente do Evento, com abrangência municipal (3) e longa duração (3). A sua severidade é avaliada como alta (4), uma vez que provocou modificações radicais nas práticas sociais cotidianas.

35 http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/11/18/interna_gerais,709150/cenario-sombrio-em-regiao-de-lazer.shtml

Gráfico 7 Impactos sobre costumes, modos de vida e tradições locais



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Face à abrangência e severidade do impacto, avalia-se o mesmo como crítico (4).

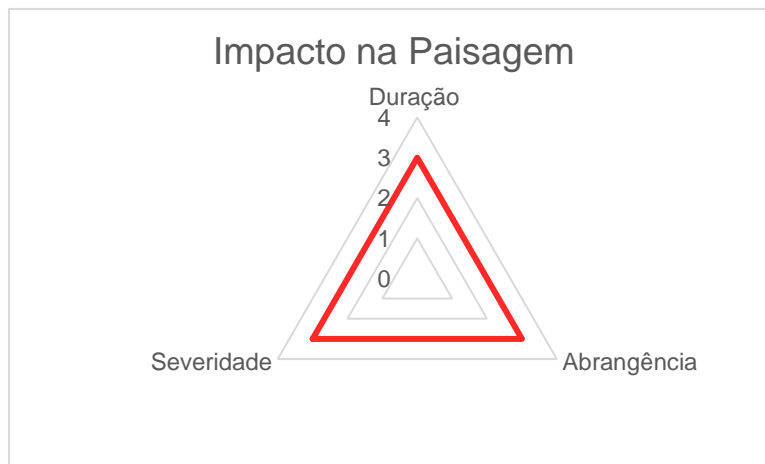
5.2.5 Impacto Ambiental e na Paisagem

A paisagem do município também sofreu impacto decorrente do Evento. Como o Rio Doce é um dos principais atrativos turísticos do município, a força da lama que escoou e, conseqüentemente, a poluição das águas fez com que a paisagem que margeia o rio se deformasse, perdendo a sua configuração original (natural) e, como efeito, a sua atratividade.

Em Santa Cruz do Escavado, a relação da população com o curso d'água era bastante forte, sendo a composição cênica municipal marcada pela presença do curso d'água.

Tem-se, pois, um impacto de natureza negativa, diretamente decorrente do Evento, de abrangência municipal (3) e longa duração (3). Avalia-se ainda como média-alta (3) a severidade do referido impacto, considerando que o Evento afetou o ambiente e a paisagem.

Gráfico 8 Impacto na paisagem



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Face à abrangência e severidade do impacto em tela avalia-se o mesmo como muito significativo (3).

5.2.6 Alteração do Cotidiano Comunitário Relativo ao Lazer

Embora o cotidiano comunitário relativo ao lazer normalmente esteja diretamente ligado aos espaços de sociabilização disponíveis em um município, em Santa Cruz do Escalvado não foram relatadas quaisquer danificações nas estruturas e equipamentos de esporte e lazer. Porém, os levantamentos de dados em campo em entrevistas realizadas com a representante municipal e com os moradores das comunidades rurais possibilitaram apurar alterações do cotidiano comunitário relativo ao lazer.

É importante destacar que o rio Doce margeia Santa Cruz do Escalvado e, de acordo com a representante municipal entrevistada, era comum a realização de encontros nos quiosques à margem do rio, a prática do caiaque e da pesca esportiva amadora, a realização de passeios de Chalana e os banhos neste rio, como atividades de Lazer.



Figura 36 Rio Doce em Santa Cruz do Escalvado

Fonte: Google Earth, 2016

Segundo o entrevistado da Comunidade Merengo, existe um campo de futebol no local, entretanto, o mesmo não é utilizado mais. Ele relata que, devido à evasão das pessoas após o Evento, os moradores da comunidade abandonaram a prática do futebol neste equipamento esportivo.

Na Comunidade de Soberbo, a entrevistada informou que no local ocorria a prática do ciclismo, além da existência de um campo de futebol, pista de caminhada e quadra de areia. Entretanto, segundo ela, as estruturas que possuíam as quadras de areia, o quiosque e a pista de caminhada não são usadas mais, pois esses locais se tornaram o escritório da Samarco.

Portanto, o rompimento da barragem de Fundão ocasionou alterações no cotidiano comunitário relativo ao lazer, ao interferir nas relações com o espaço e com o tempo, histórica e culturalmente construídas pelos moradores de Santa Cruz do Escalvado. Embora parte dessas alterações se manifeste de modo difuso, identificam-se práticas

cotidianas relativas ao lazer cujos impactos decorrentes do Evento se fazem mais evidentes, a saber, os costumes associados à pesca amadora.

A pesca amadora era considerada uma das principais atividades de lazer do município, inclusive com a participação de pessoas de toda a região. O evento causou alterações drásticas na biota aquática, levando à grande mortandade de peixes, além de despejar grande quantidade de resíduos ao longo do rio, os quais ficaram em grande parte depositados na área do reservatório da UHE Candonga, cujo barramento serviu inclusive de anteparo para evitar que esses resíduos seguissem descendo no leito do rio até o mar.

Com efeito, a pesca amadora foi gravemente afetada pelo Evento, não somente em função do comprometimento da biota, mas em função da deposição de grandes quantidades de detritos na área do reservatório. Ou seja, às margens do rio na região do município de Santa Cruz do Escalvado.

Os moradores e ribeirinhos destas áreas que foram entrevistados, relataram que a atividade de pesca cessou completamente após o Evento e que só agora, um ano após o acidente, pouquíssimas pessoas se arriscam a retomar a atividade de lazer impactada. Foi informado que o turismo de pesca, aquele exercido por pescadores residentes em outros municípios, não é mais praticado na região. O maior receio é que os peixes estejam contaminados com metais pesados advindos do rejeito da barragem rompida. Além disso, a pequena quantidade de peixes sobreviventes não atrai a atenção dos pescadores.

Entretanto, nos trabalhos de campo realizados entre os meses de novembro e dezembro de 2016, foram observados pescadores em atividade no rio Doce e no rio de Peixe, embora a pesca esteja proibida para esta época do ano em função do período de Defeso – Portaria IEF 155/2011 e da Portaria IEF nº 78/2016. Naquela ocasião, os pescadores relataram que os peixes capturados apresentavam-se “desbotados” e se restringiam a poucas espécies.



Figura 37 Espécime de dourado capturado por pescador amador em 15/11/2016 no rio Doce próximo à confluência com o rio de Peixe

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016



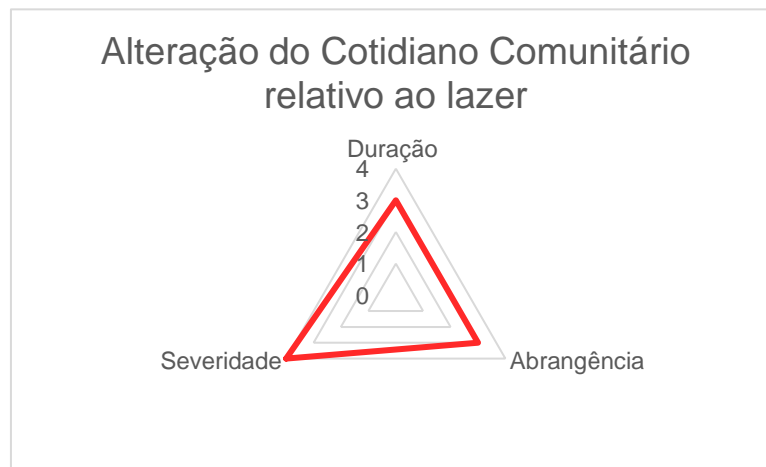
Figura 38 Acampamento de pescadores amadores às margens do rio Doce, no município de Rio Doce/MG em 15/11/2016

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Destaca-se que, conforme apurado em campo, não houve qualquer intervenção a fim de mitigar o impacto em tela. Em entrevista, uma representante municipal manifestou a sua visão acerca da relação de Santa Cruz do Escalvado com o rio Doce e o sentimento acerca dos impactos gerados pelo Evento: “A cidade toda precisa do rio e quando teremos esse recurso novamente? Nunca mais. Está tudo acabado e sem conserto”

Com base no que se expôs, avalia-se o impacto em tela como um impacto de natureza negativa, originado diretamente do Evento e de abrangência regional (4). Por se tratar de um impacto direto na água do rio, considera-se tratar-se de uma situação remediável a longo prazo (3). A sua severidade é avaliada como média-alta (3), uma vez que o Evento alterou expressivamente o cotidiano local relativo ao lazer.

Gráfico 9 Alteração do cotidiano comunitário relativo ao lazer



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Por estas características este impacto é avaliado como crítico (4).

5.2.7 Impacto sobre Comunidade

- Novo Soberbo

A comunidade de Novo Soberbo mantinha estreitas relações com o rio Doce. Do curso d'água provinha o sustento da comunidade, já que se retirava areia e ouro do rio, bem como atividades turísticas, esportivas e de lazer, tais como: pesca, nado, caiaque, jet ski e passeios de chalana. Todas estas atividades foram diretamente impactadas pelo Evento.

Segundo a entrevistada, o impacto visual é muito grande e gera um sentimento de tristeza na população local, que mantém a expectativa do rio voltar a ser o que era: fonte de alegria e referência de vida para a população.

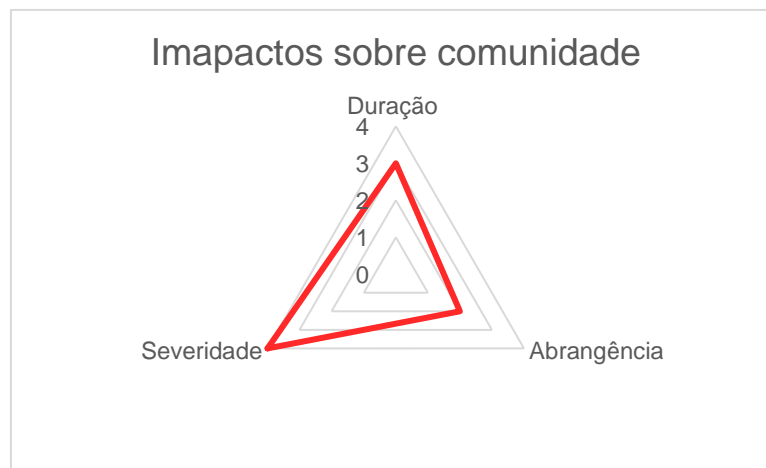
As festas tradicionais, das quais a comunidade costuma participar e realizar, também foram impactadas de maneira indireta, quais sejam: Festa de São Sebastião, Encontro de Cavaleiros de Nova Soberbo, Romaria da Festa de Santana. Todas elas deixaram de ocorrer, em 2016, em função do Evento.

Em Santa Cruz do Escalvado, o quiosque que antes era referência turística da região, se tornou um escritório da Samarco, o que ocasionou o aumento de população externa à comunidade em circulação, bem como impediu de as pessoas acessarem estruturas de esporte e lazer aí existentes, tais como a pista de caminhada. Com relação à presença de trabalhadores, o entrevistado identificou melhora no comércio, tendo sido necessário aumentar o bar e transformá-lo em restaurante. Em função do aumento no fluxo de pessoas e veículos no local, houve aumento da dificuldade de acesso da comunidade ao local. Assim, a estrutura existente – as quadras de areia, o quiosque e a pista de caminhada – não é mais usada. Isso implica que, além da perda do atrativo turístico local, a comunidade ficou impedida de realizar aí atividades de lazer e esporte, tendo em vista que a área passou a ser usada pela Samarco.

Todos estes impactos apontam para uma profunda alteração dos costumes locais, e impacto sobre os valores comunitários e sobre a convivência destas pessoas.

Avalia-se este impacto como de natureza negativa, originado diretamente do Evento e de abrangência da comunidade (2). Por se tratar de um impacto direto na água do rio, considera-se tratar-se de uma situação remediável a longo prazo (3). A sua severidade é avaliada como alta (4), uma vez que o Evento alterou expressivamente o cotidiano local relativo ao lazer.

Gráfico 10 Impacto sobre comunidade – Novo Soberbo



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Por estas características este impacto é avaliado como muito significativo (3).

- Merengo

A população da comunidade de Merengo mantém relação com o rio Doce para atividades de lazer, principalmente a pesca e o nado. A região era bastante visitada por pessoas de outras regiões, que vinham atraídos pela cachoeira localizada próxima à comunidade e às margens do rio Doce.

O evento ocasionou o assoreamento da cachoeira, além de haver comprometido a qualidade da água do rio Doce. Isso fez com que os pescadores e os turistas que

visitavam a comunidade para banhos de cachoeira e de rio deixassem de vir à comunidade. Os membros da comunidade também se viram forçados a abandonar estas práticas, perdendo suas principais fontes de lazer.

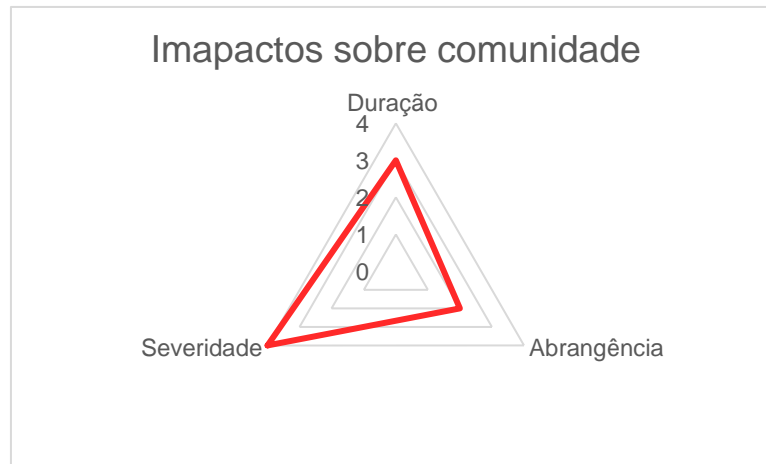
A desarticulação destes espaços de socialização gerou uma dispersão das pessoas da comunidade, que terminou por abandonar também o campo de futebol e a prática deste esporte.

Festas religiosas e tradicionais realizadas na comunidade ou em outras comunidades da região as quais a comunidade participava, também sofreram impactos, tais como batismo de evangélicos, Festa de sagrado coração de Jesus, Romaria de Santana, as quais não foram realizadas no ano de 2016.

Toda a situação vivida pela comunidade, a alteração dos costumes tradicionais e a situação do rio, o qual apresenta forte impacto na paisagem, gerou um sentimento de tristeza nos moradores de Merengo, os quais esperam que o rio volte a ter suas características originais.

Este impacto possui natureza negativa, é originado diretamente do Evento e possui abrangência da comunidade (2). Por se tratar de um impacto direto na água do rio, considera-se tratar-se de uma situação remediável a longo prazo (3). A sua severidade é avaliada como alta (4), uma vez que o Evento alterou expressivamente o cotidiano local relativo ao lazer.

Gráfico 11 Impacto sobre comunidade – Novo Soberbo



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Por estas características este impacto é avaliado como muito significativo (3).

Tabela 18 Planilha de Identificação dos Impactos Ambientais

Impactos identificados	Avaliação da magnitude e importância dos impactos, com e sem medidas mitigadoras / potencializadoras										
	Avaliação anterior à implantação de ações de mitigação							Avaliação posterior à implantação de ações de mitigação			
	Descrição do Impacto	Efeito	Origem	Duração	Magnitude	Severidade	Significância	Medidas mitigadoras / potencializadoras	Magnitude	Severidade	Significância
Impacto na imagem do município	Veiculação de notícias e artigos científicos	IN	ID	2	3	1	2	Recuperação da Estrutura Afetada Ações de Capacitação e Promoção do Turismo	1	1	1
Impacto econômico no setor de turismo	Meios de hospedagem, alimentos e bebidas e transporte	IN	ID	3	3	4	4	Ações de Capacitação e Promoção do Turismo	1	2	1
Impacto sobre atrativos turísticos	UHE Candonga	IN	ID	3	4	4	4	Ações de Requalificação Ambiental Ações de Capacitação e Promoção do Turismo	1	2	1

Impacto sobre atrativos turísticos	Rio Doce	IN	ID	3	4	3	4	Ações de Requalificação Ambiental	1	2	1
								Ações de Capacitação e Promoção do Turismo			
Impacto sobre atrativos turísticos	Conjunto paisagístico da Pedra do Escalvado	IN	ID	1	4	3	4	Ações de Requalificação Ambiental	1	2	1
								Ações de Capacitação e Promoção do Turismo			
Impacto sobre costumes, modos de vida e tradições locais	Costumes locais	IN	ID	3	3	4	4	Programa de Fortalecimento dos Valores Comunitários/identidade	1	2	1
								Ações de Revitalização de atividades de esporte e lazer			
Impacto ambiental e na paisagem	Impacto visual	IN	ID	3	3	3	3	Ações de Requalificação Ambiental			
								Apoio e Fortalecimento institucional para a gestão das políticas municipais de turismo, cultura, esporte e lazer	1	2	1
Alteração do Cotidiano Comunitário relativo ao lazer	Pesca	IN	ID	3	4	3	4	Ações de Revitalização de atividades de esporte e lazer	1	2	1
Impacto sobre comunidade	Novo Soberbo	IN	ID	3	2	4	3	Ações de Requalificação Ambiental	2	1	1

Impacto sobre comunidade	Merengo	IN	ID	3	2	4	3	Programa de Fortalecimento dos Valores Comunitários/identidade	2	1	1
								Ações de Revitalização de atividades de esporte e lazer			
								Ações de Requalificação Ambiental			
								Programa de Fortalecimento dos Valores Comunitários/identidade			
								Ações de Revitalização de atividades de esporte e lazer			

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016



Créditos e Referências

6 Créditos e Referências

Entrevistados no município

Tabela 19 Listagem de participantes de reunião institucional em Santa Cruz do Escalvado

Nome	Nome do órgão/setor
Ana Maria	Esporte Lazer e turismo
Iria	Esporte Lazer e turismo - Técnica nível superior
Janaina Barreto de Albuquerque Gomes	Esporte Lazer e turismo - Assistente administrativo
Derly Aparecida Martins Ferros Souza	Secretaria de educação e cultura
Ana Maria Pereira Dias	Secretaria de esporte lazer e turismo
José Geraldo Dias	Sociedade Esportiva Santacruzense

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Equipe Técnica

Tabela 20 Equipe Técnica

Equipe Participante	Formação	Função/Cargo	Vínculo
Maria Fernandes	Psicóloga	Coordenação Geral / Sócia Diretora	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Lucas Roque	Antropólogo	Coordenação técnica /Sócio Diretor	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Jaqueline Vilela Custódio	Bióloga	Gestão de Contrato	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Aline Santos	Administração de Empresas	Administrativo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos



Cláudio Letro	Sociólogo	Subcoordenação técnica	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sylvana Pessoa	Socióloga	Coordenação técnica /Coordenação de Cultura	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Juca Villaschi	Arquiteto	Coordenação temática de patrimônio material e imaterial	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Ana Pacheco	Engenheira Civil	Coordenação de Campo/Subcoordenação de cultura	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Marcos Knupp	Turismólogo	Coordenação temática de turismo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Suzana Fernandes de Paula	Turismóloga	Subcoordenação temática de turismo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Lise Costa	Educadora Física	Coordenação temática de esporte	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sidney Daniel Batista	Turismólogo	Coordenação temática de lazer	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Gabriel Alkmin	Biólogo	Coordenação temática de pesca	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Raquel Guerra	Relações Públicas	Coordenação Audiovisual	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Flávia Said	Advogada	Assessora jurídica	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sabrina Almeida	Cientista política	Pesquisadora	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Paula Boarin	Cientista política	Pesquisadora	Expressão Socioambiental

			Pesquisa e Projetos/UFOP
Caroline Chaves	Socióloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Rúbia Meireles	Jornalista	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Marina Naves	Estudante de Ciências Sociais	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Tiago de Jesus Brito	Estudante de Ciências Sociais	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Moacir Salles	Geógrafo	Pesquisador de campo/geoprocessamento	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Maria Cecília Pedrosa	Socióloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Laetitia Jourdan	Antropóloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Victor Massini	Turismólogo	Pesquisador de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Bianca Aparecida Fonseca	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sara Christina do Nascimento	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Shirley Maclane Nunes Brito	Técnica em turismo e lazer	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Bárbara Natali Soares Guimarães	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Lucas Motta	Turismólogo	Pesquisador de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos

Laura Esther Silva Barbosa	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Tatiane Carvalho Bispo	Administração de Empresas	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Mariene Luiza da Rocha	Arquiteta	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Maele Fernanda de Almeida	Técnica em segurança do trabalho	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Fernanda Patrícia de Oliveira Castilho Rinco	Administração de Empresas	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Douglas André Rinco	Ensino médio	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Ronilson Breder	Ensino médio	Motorista	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Verônica Gonzaga Oliveira Gomes	Estudante de Turismo	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Jéssica Camila Rocha de Azevedo	Estudante de Turismo	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Referências

ASSIS, Angelo Adriano Faria de; FARIA, André L. Lopes de; REIS, Marcus Vinícius. História de Santa Cruz do Escalvado. Universidade Federal de Viçosa. 2008. Disponível em: http://www.santacruzdoescalvado.mg.gov.br/edital/historia_santacruz.pdf, acesso em: 12/01/17.

ATLAS BRASIL. DISPONÍVEL EM: <HTTP://WWW.ATLASBRASIL.ORG.BR/2013/>. ACESSO EM: 13/01/2017.

BARBOSA, WALDEMAR DE ALMEIDA. DICIONÁRIO HISTÓRICO GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS. EDITORA ITATIAIA LIMITADA. BELO HORIZONTE; RIO DE JANEIRO: 1995.

BENI, M.C. ANÁLISE ESTRUTURAL DO TURISMO. SÃO PAULO. SENAC, 2007.

BORGES, M. R.; LIMA, S. O Turismo de Montanha: Abordagem Conceptual e Enquadramento do Produto. Revista Turismo e Desenvolvimento, no. 6, p. 157-165, 2006.

BRASIL Ministério da Cultura, Cadernos de orientação para os estados, 2012. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/documents/10907/963783/1382041183148Guia-de-orienta%25C3%25A7%25C3%25B5es-para-os-Estados-SNC-Perguntas-e-Respostas-dezembro-de-2012.pdf/dde2db14-f3bb-4cc3-8812-328895390e64>. Acesso: 20/01/2017.

BRASIL, DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, Nº 85, QUARTA-FEIRA, 7 DE MAIO DE 2014. DISPONÍVEL EM: <HTTP://PESQUISA.IN.GOV.BR/IMPrensa/JSP/VISUALIZA/INDEX.JSP?DATA=07/05/2014&JORNAL=3&PAGINA=19&TOTALARQUIVOS=268>, ACESSO EM 20/12/16.

CARDOSO, V. B. S. UTILIZANDO RECURSOS VISUAIS (GRÁFICO RADAR) COMO METODOLOGIA PARA AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS. XII SIBESA – XII SIMPÓSIO ÍTALO BRASILEIRO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL. NATAL-RN, 2014.

DATAVIVA. DISPONÍVEL EM: <HTTP://DATAVIVA.INFO/PT/>. ACESSO EM: 13/01/2017.

FERREIRA, JURANDYR PIRES. ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS MINEIROS. IBGE: 1957.

FJP - FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. ÍNDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL. PERFIL MUNICIPAL. SANTA CRUZ DO ESCALVADO <HTTP://IMRS.FJP.MG.GOV.BR>, VISITADO EM 10/12/2016.

FJP - FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. SITIO LEI ROBIN HOOD. DISPONÍVEL EM: www.fjp.mg.gov.br/robin-hood/ , ACESSO EM: 15/12/2016.

FUNDO ESTADUAL DE CULTURA - FEC. SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS. NOVEMBRO DE 2016.

FUTURA, Matriz de Hierarquização de iniciativas, 2016.

IBGE, PERFIL DOS ESTADOS E DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS: CULTURA: 2014, COORDENAÇÃO DE POPULAÇÃO E INDICADORES SOCIAIS. RIO DE JANEIRO: IBGE, 2015.

IBGE, PESQUISA DE INFORMAÇÕES BÁSICAS MUNICIPAIS – MUNIC, MÓDULO CULTURA. IBGE, 2014.

IBGE. IBGE CIDADES. DISPONÍVEL EM:
[HTTP://WWW.CIDADES.IBGE.GOV.BR/XTRAS/HOME.PHP?LANG=_EN](http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php?lang=_en). ACESSO EM: 10/01/2016.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA. DIRETORIA DE PROMOÇÃO. LISTA DOS BENS PROTEGIDOS. EXERCÍCIO 2017.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA. ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL. DOCUMENTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO ESCALVADO EXERCÍCIO 2017. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.IEPHA.MG.GOV.BR/IMAGES/STORIES/ICMS/PONTUACAO-DEFINITIVA-EXERCICIO-2017.PDF](http://www.iepha.mg.gov.br/images/stories/icms/pontuacao-definitiva-exercicio-2017.pdf). VISITADO EM 8/12/16.

JORNAL ESTADO DE MINAS, Região de lazer tem cenário sombrio após desastre ambiental. Disponível em:
http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/11/18/interna_gerais,709150/cenario-sombrio-em-regiao-de-lazer.shtml, acesso em 12/01/2017.

MINAS GERAIS. 2014. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. PLANO ESTADUAL DE CULTURA - MINAS GERAIS. 2014. SÍLIO INSTITUCIONAL, ATUALIZADO EM 13.06.2016, ACESSADO EM 28.11.2016

MINAS GERAIS. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. DISPONÍVEL EM:
[HTTP://WWW.ALMG.GOV.BR/CONSULTE/INFO_SOBRE_MINAS/](http://www.almg.gov.br/consulte/info_sobre_minas/). ACESSO EM: 13/01/2017.

MINAS GERAIS. SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES. INSTITUCIONAL. BELO HORIZONTE, 2016. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://ESPORTES.MG.GOV.BR/](http://esportes.mg.gov.br/)> ACESSO EM: 26/11/2016

NOLASCO VP, BITENCOURT V, PAOLI PB, GOMES E, CASTRO M. ADMINISTRAÇÃO/ GESTÃO ESPORTIVA. IN: DACOSTA LP (ORG.) ATLAS DO ESPORTE NO BRASIL: ATLAS DO ESPORTE, EDUCAÇÃO FÍSICA E ATIVIDADES FÍSICAS DE SAÚDE E LAZER NO BRASIL. RIO DE JANEIRO: SHAPE, 2005.

OMT – CÓDIGO MUNDIAL DE ÉTICA DO TURISMO. DISPONÍVEL EM:
http://ethics.unwto.org/sites/all/files/docpdf/brazil_0.pdf . ACESSO EM: 20/12/2016.

OMT – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. DISPONÍVEL EM: <http://www2.unwto.org/>. ACESSO EM:
20/12/2016.

PRÁXIS PROJETO E CONSULTORIA. DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO - MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO
ESCALVADO – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. PESQUISA DE DEMANDA
TURÍSTICA. 2014.

RIO DOCE, PÁGINA DO FACEBOOK DO MUNICÍPIO DE RIO DOCE. DISPONÍVEL EM:
<https://www.facebook.com/RIO-DOCE-MG-274334282597527/>, ACESSO EM: 01/11/2016.

SANTA CRUZ DO ESCALVADO, Sítio da Prefeitura Municipal, disponível em:
<http://www.santacruzdoescalvado.mg.gov.br/>, acesso em: 10/01/2017.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. CIRCUITOS TURÍSTICOS DE
MINAS GERAIS: INFORMAÇÕES ADMINISTRATIVAS. BELO HORIZONTE, 2009. DISPONÍVEL EM: <
<HTTP://WWW.TURISMO.MG.GOV.BR/CIRCUITOS-TURISTICOS/INFORMACOES-ADMINISTRATIVAS> >.
ACESSO EM: 23/11/ 2016.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. ICMS TURÍSTICO. 2016.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. ORIENTAÇÕES PARA O
PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL DO TURISMO EM MINAS GERAIS. 2014.

SIDRA. DISPONÍVEL EM:
<HTTP://WWW2.SIDRA.IBGE.GOV.BR/BDA/TABELA/LISTABL.ASP?C=2031&Z=CD&O=17>. ACESSO EM:
13/01/2017.

SUPERINTENDÊNCIA DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. CADASTRO DE
BIBLIOTECAS. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS, 2016.

SUPERINTENDÊNCIA DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS E SUPLEMENTO LITERÁRIO. SECRETARIA DE ESTADO
DE CULTURA DE MINAS GERAIS. NOVEMBRO 2016.

SUPERINTENDÊNCIA DE INTERIORIZAÇÃO E AÇÃO CULTURAL. PROGRAMA DE BANDAS. SECRETARIA DE
ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS, 2016.



EXPRESSÃO
SOCIOAMBIENTAL
pesquisa e projetos



reparar, restaurar, reconstruir

TCE PORTAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - FISCALIZANDO COM O TCE
MINAS TRANSPARENTE, 2016. DISPONÍVEL EM:
[HTTP://FISCALIZANDOCOMTCE.TCE.MG.GOV.BR/HOME/INDEX](http://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/home/index), ACESSO EM: 10/01/2017

TUBINO, M, J, G. DIMENSÕES SOCIAIS DO ESPORTE. 2º ED. SÃO PAULO: CORTEZ, 2001.